

Revista Omnia. Adamantina: Edições Omnia, IV Edição, 2001.

Tiragem: 1000 exemplares

ISSN: 1677-3942



FAI - FACULDADES ADAMANTINENSES INTEGRADAS

RUA 9 DE JULHO, 730/40 - FONE/FAX: (18) 522-1002

ADAMANTINA - SP - Brasil - 17800-000

site: www.fai.com.br

e-mail: fai@fai.com.br

omnia@fai.com.br

2001

Esta obra está protegida pela Lei. Não pode ser reproduzida, no todo ou em parte, qualquer que seja o modo utilizado, incluindo fotocópia e xerocópia, sem prévia autorização dos autores. Qualquer transgressão à Lei dos Direitos de Autoria será passível de procedimento judicial.

Sumário

Apresentação	05
Presentations	

ARTIGOS

Formação e seleção de professores nos pareceres de Rui Barbosa	06
<i>Formation's advantage and teachers' selection in the opinions about Rui Barbosa</i>	
Ana Paula Gomes Mancini	

Escola e Mudança: um processo conflituoso frente à organização burocrática	20
<i>School and Change: a conflictant process beyond the burocratic organization</i>	
Dulcelena Stéfani Correa	

Direito Autoral: repressão à pirataria e razões da proteção	29
<i>Copyright: piracy repression and protection ratios</i>	
Sidnei Alzídio Pinto/Rodrigo Mendes Delgado	

Da impossibilidade de deferir a suspensão condicional do processo <i>ex officio</i>	38
<i>The impossibility of concede an conditional suspension in the ex officio process</i>	
Antonio Simini Junior	

A Comunicação e o Conselho de Sentença	43
<i>The Comunication and the Council of Sentence</i>	
José Luiz Maluf	

Comportamento da classe médica e farmacêutica com relação a medicação que causa xerostomia	47
<i>The medical and farmaceutical conduct reporting medicine that cause xerostomia</i>	
Alciara Alice de Almeida Aguiar/Giancarlo Baggio Parisoto	

Fisioterapia - histórico, conceitos e áreas de atuação	52
<i>Physiotherapy - historical, concepts and performance areas</i>	
Luiz Carlos Marques Vanderlei, R. C. Trindade Camargo, Augusto Cesinando de Carvalho	

Solução Semi-Analítica por meio da injeção de polímeros	58
<i>Semi-Analytical solution by polymer's injection</i>	
José Roberto Nogueira	

Modelagem matemática para correção da acidez do solo por aveia-preta (<i>avena strigosa</i>)	68
<i>Mathematical modeling for soil acidity correction through black flacked oats (avena strigosa)</i>	
Carlos Yoshio Tomita/Luiz Roberto Almeida Gabriel	

Mapeamento de variáveis climáticas	76
<i>Mapping of the climatic variables</i>	
Márcio Cardim/Angelo Cataneo	

Design: Perspectiva Holística	87
<i>Design: Holistic perspetive</i>	
Neide Aparecida Trevizan Carrrilho/Luis Fernando Giroto	

COMUNICAÇÕES

Respostas de pacientes esquizofrênicos ao teste "stroop color word": influências da responsividade eletrodérmica ...	93
<i>Schizophrenics patients answer about "stroop color word" test: responsividity electrodermic influence</i>	
Eleomar Ziglia Lopes Machado	

Criatividade: ferramenta essencial para ascensão pessoal e profissional do indivíduo	95
<i>Creativity: essential tool for personal and professional ascension of the individual</i>	
Renata Alcalde Pereira	

Formação e seleção de professores nos pareceres de Rui Barbosa

Formation's advantage and teachers' selection in the opinions about Rui Barbosa

Ana Paula Gomes Mancini

Doutoranda em Educação pela Unesp/
Marília e Professora na FAI

Resumo

Este artigo parte do pressuposto de que as influências sofridas no século XIX podem sistematizar um amplo e prolongado debate sobre as idéias educacionais que não se realizaram, mas que exerceram uma grande influência no panorama educacional do país. Dessa maneira, este estudo considera relevante a discussão que proporcione uma reflexão sobre a temática abordada, cujas conclusões se encontram apenas no limite da discussão engendrada: a relevância da formação e seleção de professores enunciadas nos pareceres sobre o ensino de Rui Barbosa. Verificou-se que o pensamento pedagógico de Rui acompanhou a evolução geral, cujos princípios norteadores partem do liberalismo clássico e vão até ao cientificismo e liberalismo que embalou as idéias no final do século XIX. É o pensamento do Rui do Império que enfatizamos neste trabalho, um representante da ilustração brasileira que, idealiza mudanças na educação. Esse mesmo espírito que nunca foi educador, mas que o tinha dentro de si e, que pode fazer uma análise criteriosa sobre as reais necessidades da educação. Sua procura pela hora oportuna de propor cada problema ou para apresentação de soluções, demonstra seu lado político na mais pura acepção do termo. Rui foi um homem de ação, o que parece ter dificultado o reconhecimento de seu lado de pensador puro, sacrifica o filósofo ao político. Certamente essa postura não desmerece a grandeza da obra de Rui, o que nos serve de parâmetro para uma análise da história dos movimentos de educação nacional no século XIX.

Palavras – chave

formação – seleção – professores

Abstract

This article begin of the presupposition of the suffered influences in the XIX century can systematize a long

As palavras do próprio Rui sobre a figura do pai refletem a marca dessa educação como uma forte influência em sua vida. Seu pai foi um grande educador e entregou a educação do filho ao Dr. Abílio César Borges, que era o educador de maior nome na Bahia e cujo colégio era freqüentado por alunos pertencentes a alta burguesia baiana. O pai de Rui Barbosa foi o precursor das reformas penitenciárias, tinha um espírito liberal, católico humanista e um temperamento emotivo e impulsivo. Sua influência nas idéias pedagógicas de Rui Barbosa estão presentes na vida do filho a cada instante:

Ao se referir, muito mais tarde, ao papel de seu exemplo de educador, Rui, dedicou, na tradução das “Primeiras Lições de Coisas”, manual de “Ensino Elementar para uso dos pais e professores, de N. A. Calkins, a expressiva dedicatória ao pai, na qual dizia: “A memória de meu pai - Dr. João José Barbosa de Oliveira - convosco aprendi a amar e compreender a santa causa do ensino (PENTEADO, 1984, p. 42).

Percebe-se que a filiação social e ideológica do pai de Rui teve muita repercussão na formação de seu caráter e personalidade e, sobretudo no que diz respeito a questão do ensino, há uma tendência de manter viva a lembrança de seu pai.

Essa característica marcante em sua vida deu margem para vários comentários sobre seu profundo interesse pelo ensino, o que justifica as afirmações que Rui Barbosa, dedicou-se aos estudos sobre o ensino no Brasil para homenagear a figura de seu pai, que o influenciou sobretudo nos aspectos pedagógicos de sua obra.

Para Rui Barbosa não há outra maneira de acertar e produzir, do que as que partam da sinceridade, da razão e do trabalho e, são estas as características marcantes de seus Pareceres sobre o ensino, o que os tornam dignos de estudo e de uma análise criteriosa.

Para engendrar uma discussão sobre a influência do pensamento de Rui no cenário educacional brasileiro é mister traçar uma trajetória evolutiva de seu trabalho, que se desenvolveu sobretudo no campo das ciências jurídicas e políticas. A formação política de Rui advém de sua existência em um ambiente carregado de tensão política e agitação partidária e a inclinação das idéias para várias reformas que, mais tarde teria a incumbência de idealizá-las:

(...) a eleitoral no ano de 1881; as da década de 1880, referentes à emancipação para as quais contribuiu valiosamente; a relativa à queda da Monarquia em 1889, e às grandes reformas republicanas: federação, separação da Igreja e o Estado, a nova Constituição de 1891(...). É em consequência desse vasto contingente de reformas que nasce das mãos de Rui Barbosa, respectivamente, em 1882 e 1883, os monumentais Pareceres sobre a Reforma do Ensino Secundário e Superior, e do Ensino Primário (HADDAD, 1968, p. 20).

Rui Barbosa representa as idéias de seu tempo, mantém sua atenção para tudo que se passa à sua volta, pode-se afirmar que é um típico representante da ilustração brasileira:

Não queremos com isso dizer que, com um século de atraso, teríamos a nossa “ilustração”, exatamente nos moldes do século XVIII; isto fora um contra-senso, que a própria história brasileira anterior ao período de que nos ocupamos se encarregaria de desfazer. Não; o que afirmamos é que, sob o influxo dos autores “populares” do século XIX, criamos um movimento “ilustrado” que, sob forma nova, de certo modo desempenhou um papel semelhante ao iluminismo na Europa do século XVIII. Deste a nossa “ilustração” guardou a crença absoluta no poder das idéias; a confiança total na ciência e na certeza de que a educação intelectual é o único caminho legítimo para melhorar os homens, para dar-lhes inclusive um destino moral (BARROS, 1986, p. 09).

Nesse sentido, a atitude ilustrada de Rui Barbosa representa os ideais de seu tempo, o pensamento de sua época, *locus* cuja influência ilustrada e a articulação dos problemas demonstram a necessidade de buscar soluções.

ao seu pensamento são um reflexo da aceitação do progresso intelectual como condição do progresso humano. A escola poderia oferecer possibilidades nesse desenvolvimento. A influência da ciência nesse panorama, as mudanças industriais e sociais que a investigação objetiva acarretava em todos os setores da vida, a concepção de evolução, de transformação e de diferenciação das etapas do desenvolvimento estão presentes em todo seu pensamento educacional.

O pensamento didático de Rui demonstra uma investigação do qual seria a melhor maneira de ensinar, estando sempre envolto nos problemas da vida prática, social e política do país. Partindo desse pressuposto o pensamento de Rui não pode ser considerado uma filosofia, nem todo pensamento envolve um ato de reflexão. A falta de unidade no pensamento de Rui somando-se seu ecletismo e sua busca de aplicabilidade rápida e eficaz aos seus princípios afastou Rui de uma Filosofia. Há em seu pensamento pedagógico uma ligação inevitável com a filosofia, pois “...em pedagogia, começa o sistema por ser uma filosofia”, como afirma o mestre Lourenço Filho (1956, p. 20) em sua obra: A pedagogia de Rui Barbosa, e numa passagem especial de seu livro dedica alguns parágrafos sobre a ânsia de conhecer que fez Rui Barbosa voltar-se para as ciências:

É que cada filosofia na compreensão de um sistema fechado, apresentava-se como embaraço à sua própria ânsia de conhecer, de rever e emendar, e, portanto, de ser livre. É essa razão pela qual Rui se volta para a ciência, em que passa a considerar como já o indicavam os enciclopedistas, um “ sistema aberto” ou, afinal, um método de conhecer, em incessante progresso. Como em numerosos pontos dos pareceres explica, na ciência não existe a ordem, a legalidade, a “ Razão” como regra que se possa exprimir antes dos fatos, como um a priori, ao contrário, a razão, a lei, deve ser conhecida pela investigação, dos fatos e de suas relações (FILHO, Lourenço, 1956, p. 76).

Entretanto, em que pesem as ambigüidades do pensamento de Rui, a posição adotada demonstra uma coerência notável que o coloca como herdeiro da tradição de grandes didatas como Comênio, Pestalozzi, Fröbel e Herbart. A influência de Fichte e Kant também podem ser observadas nos escritos pedagógicos de Rui, que soube adotar as idéias de vários autores estrangeiros e adaptá-las à realidade e seu país. Não as transportou pura e simplesmente como uma política pronta e que já poderia ser utilizada sem acarretar muito esforço, como insistem os autores que o chamam de estrangeirista.

Rui Barbosa contava pouco mais de trinta anos quando escreveu os Pareceres. Deputado pela Bahia, começava a se destacar por seus trabalhos na Câmara do país. Não lhe faltava a observação do movimento da vida internacional e a importância que a instrução pública vinha adquirindo nos países da Europa e da América.

Segundo Lourenço Filho (1956, p. 22) “ a época era de afirmação dos estados de base nacional, como o século precedente fora o de estados de base dinástica” Rui ficara impressionado com os movimentos estrangeiros que se mesclavam e acreditavam que só obteriam sucesso com a educação da população. As idéias liberais que os oitocentos processavam como condição essencial para as transformações culturais e econômicas, a compreensão de que a educação deveria estar ligada à ciência e a técnica, o que para Rui (1947, p. 05) seriam as responsáveis por “Tôda prosperidade moral e intelectual da nação”.

O espírito de Rui era movido por credibilidades que lhe davam forças e animavam seu ardor patriótico. Em 1880 foi eleito para a Comissão da Instrução Pública, em substituição de Franklin Dória, eis a grande oportunidade de Rui para expor suas idéias educacionais.

Os Pareceres se originam em detrimento do Decreto nº 7247 de 19 de abril de 1879, que reformava o ensino primário e secundário no município da Corte, e o superior em todo o país. Elaborado pelo professor Carlos Leôncio de Carvalho, o projeto fora apresentado ao parlamento em 1879, mas foi absorvido pela reforma elei-

No que tange ao magistério primário, Rui Barbosa dedica em seus Pareceres uma parte considerável sobre as escolas normais, locus específico para essa formação. Dessa forma, chama a atenção sobre tais instituições afirmando que o governo proverá “imediatamente a fundação, na capital do império de duas escolas normais, constituídas em externatos distintos, nas quais se preparem mestres e mestras para a instrução primária”.

Por intermédio dos Pareceres é possível comprovar a veracidade das dificuldades enfrentadas pelas escolas normais, permeadas por uma existência atribulada que abriam e fechavam as suas portas em intervalos pequenos, às vezes menores que um ano. Exemplo dessa afirmação é a escola normal da corte, criada em 1876, instalada em 1880, mas com sérios problemas, pois Rui Barbosa em 1882 atentava para a urgência da criação dessas instituições.

Analisando elementos expressivos de seus fundamentos para a formação de professores, percebemos que a produção de Rui é relevante. Sua política educacional e a metodologia proposta foi pioneira na renovação pedagógica do Brasil, não deixando de considerar as esparsas tentativas que o sucederam. Cumpre observar que as propostas dos Pareceres teceram considerações sobre a formação de professores, cuja fundamentação está na idéia de que toda vez que divisarmos a educação no sentido integral ou global do homem, estaremos diante de uma civilização altamente dotada. No Brasil é indiscutível a proliferação e o sucesso das idéias dessa natureza, a ânsia de que uma reforma no ensino mude o cenário do país, supere o seu atraso cultural e alcance o progresso por meio da liberdade, gratuidade e obrigatoriedade do ensino.

A liberdade de ensino poderia ser entendida sob o ponto de vista dos direitos do cidadão de exercer ou não uma atividade docente, “direito de ir e vir” outorgado e garantido pela Constituição de 1824. Porém, a expressão “liberdade de ensino” assume no contexto histórico estudado um outro sentido. Nos Pareceres eles se distribuem em liberdade de ensinar, de abrir escolas, de frequência livre e de ensino laico:

Liberdade de ensino_ É completamente livre aos particulares, no município da Corte, o ensino primário, sob condições de moralidade, higiene e estatística. Para o exercício regular da inspeção concernente a estas três clausulas, incumbe aos professores que mantiverem aulas ou cursos, bem como aos diretores de todos e quaisquer estabelecimentos de instrução primária: a) comunicarem, antes de inauguração o ensino, indicações precisas da situação do prédio, onde tem de funcionar, ao médico inspetor do respectivo distrito escolar que, mediante exame ocular do sitio e das condições higienicas da casa (...) b) Participarem à inspetoria geral da instrução primaria a iniciação efetiva dos trabalhos de ensino, dentro em um mez de seu começo, expondo as dimensões das salas escolares, suas condições de arejamento e luz, o número máximo de alunos a receber (...) c) franquearem os seus estabelecimentos à visita das autoridades representantes da inspeção geral e local (...). Multas e interdição do estabelecimento no caso de infração (MOACYR, 1939, p. 223).

A constante preocupação é também a do provimento do amplo recurso de escolaridade para erradicação do analfabetismo. Mas, para estender-se uma rede de escolas populares outras medidas se fazem necessárias para que se torne exequível. O verdadeiro conceito de escola popular implica a gratuidade e a obrigatoriedade do mesmo. Gratuidade e obrigatoriedade são idéia correlatas, porque a gratuidade sem a formação de uma consciência para a necessidade de formação não surtirá efeito e, a obrigatoriedade sem condições básicas para as pessoas frequentarem a escola não alcançaria os objetivos propostos.

Rui Barbosa estuda e denuncia a situação do ensino no Brasil, chamando a atenção para a frequência dos alunos na escola, locus onde as matrículas eram acidentais, mas a continuidade a expressão de uma realidade, ou seja,

As disciplinas elencadas acima demonstram a turbulência das idéias que permeiam todo século XIX e que atinge Rui Barbosa em toda sua plenitude, que segundo Barros (1986, p. 385) oscila entre o cientificismo e o liberalismo”. É o pensamento de Rui Barbosa profundamente influenciado por esse cientificismo e esse liberalismo que iremos estar privilegiando na compreensão, no seu significado mais amplo, a atitude do autor dos Pareceres diante dos problemas fundamentais que envolvem a formação e a seleção do professor primário.

Cumpramos observar que a maneira de trabalhar de Rui reflete-se na indagação da importância das matérias de ensino propostas no currículo das escolas normais. Considerando o enfoque que deu ao ensino de desenho, bem como o desenho industrial e suas diferentes aplicações práticas na formação do futuro mestre. Inicialmente devemos observar que para Rui a reforma em matéria de educação deve introduzir na escola a prática da cultura física, científica e artística.

Ora, o cérebro não é senão a resultante da evolução geral da vida do indivíduo: só por uma boa musculatura, um sangue normal e uma enervação bem equilibrada se pode assegurar ao homem a faculdade de pensar sã, intensa e desembaraçadamente. A imaginação, a observação e a execução, essas três faculdades que o desenho promove, alimenta e multiplica, não são faculdades de luxo, cuja educação se deixe ao arbítrio de países mal esclarecidos; são, pelo contrário, as mais usuais, as mais práticas, as mais indispensáveis de todas as faculdades nas competências da vida entre indivíduo, entre nação e nação. Delas e, portanto, do ensino escolar, universal, imperativo do desenho ornato, do desenho de indústria, depende toda a prosperidade industrial do país (BARBOSA, 1882, p. 163).

Para Rui, o ensino da ginástica também apresenta relevância, ao ponto de estabelecer em seus pareceres a instituição de uma seção especial de ensino da ginástica a ambos os sexos em cada escola normal, de ser exigida aula de educação física no curso primário como matéria de estudo. Segundo Pentecost (1984, p.70) essa iniciativa de Rui remonta à “tradição grega, às palavras de Montaigne e de Rabelais: a educação física tem um sentido moralizador, individual e prepara fisicamente a criança e o jovem para a reconstrução do povo”.

Como reformador educacional, Rui não escapa das vicissitudes comuns a todos que se propuseram a desempenhar uma tarefa dessa natureza, aponta as falhas e a ausência de ensino das matérias que considera importantes. Dessa forma, o ensino de música e canto nas escolas exerce a mesma importância que o ensino do desenho e da ginástica. Nas escolas normais, Rui suscita não só “o estudo da arte, que ritma a voz e educa o ouvido humano, como a aprendizagem de um instrumento que habilite o mestre a praticar, na aula primária o ensino de canto”.

A aprendizagem de um instrumento musical é realmente uma grande necessidade prática de grande interesse na formação do mestre, a utilização do harmônio para as mulheres e do violino (excelente para formar a voz dos meninos, já que o som desse instrumento é o que mais analogia tem com a voz humana) para os homens traria a eficácia na atuação profissional dos alunos normalistas refletindo no ensino primário.

O ensino da língua vernácula, das ciências físicas e naturais, das matemáticas elementares, da geografia e da cosmografia, da história, dos rudimentos da economia política e da cultura moral e cívica refletem a predominância da ciência e da exatidão do pensamento de Rui Barbosa. As influências positivistas completam o esquema teórico e didático de sua proposta.

Nesse aspecto Rui enfrenta uma série de entraves, já que a escola era dominada por um espírito livresco e memorialista. A ruptura com essa tradição poderia oferecer novo sentido à formação de professores no Brasil, numa nova perspectiva que impregnava todo o final do século XIX. A educação do professor poderia legitimar a formação primária, ou seja, as matérias propostas nas escolas normais eram quase sempre as mesmas constantes nos programas das escolas primárias.

bradas parcialmente pela organização dos programas das matérias do currículo das escolas normais que nos conduz ao paralelo, já citado por Rui através das idéias professadas por Comte e Spencer, entre o processo da educação e da evolução das espécies, conduzindo para a preparação para a vida completa, concebendo o homem como fonte de energia ativa e criadora.

Uma análise rigorosa sobre as condições para assumir as cadeiras vagas no magistério são amplamente discutidas na reforma de Rui Barbosa, que conduzem a indagação sobre a utilidade dos concursos numa época em que o número de pessoas preparadas para assumir a função de professor era mínimo. Apesar dos ideais liberais que promoviam e alardeavam o discurso de que somente pela educação uma nação pode alcançar o progresso, os investimentos na instrução pública eram poucos e dificultavam a efetivação das idéias de Rui.

Essas idéias ressaltam as influências burguesas inseridas nas reformas pombalinas. A fala de Rui indica a presença da defesa de uma educação voltada para a integração da ciência e da técnica, enquanto denuncia o caráter superficial do ensino dedicado apenas à oratória, sem fins práticos que possibilitem a educação baseada na “fecundidade real” .

Nesse sentido, pleiteavam-se novos anseios educacionais e estes passaram a ser pensados como indispensáveis para que se formasse um novo homem, voltado para as ciências, ligadas a produção a ao domínio material. Os fins práticos evidenciam as atividades desenvolvidas por uma burguesia incipiente que reivindicava uma educação que possibilitasse o conhecimento de novas técnicas que se adequassem às novas necessidades sociais advindas do comércio.

Rui Barbosa, ao citar Michel Bréal, demonstra a forte influência que as leituras de obras estrangeiras exerceram sobre suas idéias. A afirmação de Bréal nos leva a indicação de que os concursos públicos eram vislumbrados como um arremedo de democracia pretendida pelos princípios liberais, de igualdade, liberdade e fraternidade, mas esses não se direcionavam a todos os indivíduos. Os processos de seleção nunca foram democráticos e muitas vezes serviram como instrumento de usurpação do poder público.

A preocupação de Rui Barbosa com a formação do professor e sua recusa em aceitar os concursos são conseqüências do papel que os concursos tinham em relação aos cursos de formação de professores, ou seja, eles antecedem a formação e são arbitrários em sua atuação. Em seus Pareceres, Rui explicita que, seriam uma forma estéril e imoral para selecionar pessoas para atuar no magistério. O verdadeiro mestre deveria, em seu entender, demonstrar preocupação com a necessidade de exercitar a mente, observando, pensando e sobretudo refletindo.

Os concursos, por suas características que supunham uma “ neutralidade”, se é que podemos ser neutros em algum momento de nossa existência, não observavam as aptidões individuais de cada candidato:

(...) triste expediente...tantas vezes desmoralizado, para nos servimos das justas expressões do Dr. Bandeira Filho num relatório apresentado ao Ministro do império senhor Conselheiro Rodolfo Dantas, quando Ministro dessa pasta, nos teve a bondade de comunicar esse triste e desmoralizado expediente, a comissão peremptória e absolutamente rejeita (BARBOSA, 1947, p. 121).

Os concursos públicos eram rejeitados por serem considerados inadequados para escolha de pessoas qualificadas a assumir o magistério, mas durante muitos anos foi a única forma de seleciona-las. As escolas normais, ou seja, a formação dos professores seria o substituto adequado para a seleção de pessoal. Em seus Pareceres Rui Barbosa detalha com esmero como deveriam ser escolhidos os mestres para atuar na escola normal:

A didática de Rui, tal como ele a expressa mais constantemente, é a intuição, sugerida na obra de Comenius, praticada por Pestalozzi e por Froebel, sistematizada, enfim, por Herbart. Eis como ele próprio se refere ao método, citando Ratke: “Primeiro a coisa, depois, a sua significação”. Ou, citando Comenius: “É pela intuição real, não por descrições verbais que o ensino deve começar”. Contudo, e, do ponto de vista pedagógico, esta é das observações mais interessantes que podemos colher dos estudos dos pareceres. Rui vai mais longe que os criadores e sistematizadores do método intuitivo (FILHO, Lourenço, 1956, p. 34).

Em resumo, as idéias pedagógicas de Rui Barbosa sobre a formação e seleção de professores expressas em seus Pareceres confirmam a existência de um enunciado sobre os fins da educação que deseja para o seu país.

Adota a definição de Spencer: “Educação é preparação para a vida completa”. Mas, desenvolvendo essa concepção em vários trechos, sempre de modo coerente, esclarece-a, mais do que teria feito talvez o pensador inglês. “vida completa” exige “educação integral”.

Essa formação integral idealizada por Rui jamais poderia se substituída por um instrumento que apenas selecionava pessoas para atuar no ensino primário. Nos Pareceres, os concursos são abolidos e o professorado primário deve se preparar pela escola normal.

Ao longo deste trabalho, as tentativas de compreensão do pensamento pedagógico de Rui Barbosa em sua consonância com a formação e seleção de professores, nos proporcionou a análise singular da história da educação no Brasil.

Verificou-se que o pensamento pedagógico de Rui acompanhou a evolução geral, cujos princípios norteadores partem do liberalismo clássico e vão até ao cientificismo, que embalou as idéias no final do século XIX. O que talvez justifique as lacunas de seu trabalho e a falta de um sistema como afirmamos anteriormente com Roque Spencer Maciel de Barros.

A história reluta em admitir que há uma filosofia no trabalho de Rui, apenas deve-se saber distinguir as fases em que ele se encontra buscando a compreensão efetiva do momento, o que nos conduz à captar o instante em sua plenitude.

Parece-nos fora de dúvida, entretanto, que há um lugar especial para as idéias de Rui Barbosa na busca por uma educação universal que, influenciado pelo positivismo vê nas leis dos três estados a marca da verdade, tomando para si a Filosofia de Comte como fundamento de seu plano de ensino. O fato de adotar alguns critérios do positivismo não fez de Rui um Positivista, pode-se apenas afirmar que o positivismo talvez tenha sido uma das filosofias que mais influenciaram seu pensamento, característica comum nos liberais clássicos: a simpatia pela doutrina positivista. O mesmo fascínio é destacado quando da realização dos estudos sobre o papel do Estado educador.

Para Rui, a instrução era a condição de prosperidade de nosso país, o que reside, como todo político liberal, na preservação e aperfeiçoamento da democracia. Assim, não basta combater o analfabetismo, expandir a instrução primária, é preciso reformar a secundária e a superior e criar a instrução técnica que tire o nosso país do atraso em que se encontrava, Rui apostava no Brasil como uma nação industrial.

O ideal de educação consagrado por Rui Barbosa assumiu magnas dimensões e uma significação profunda. Princípios pedagógicos idealizados por Rui Barbosa são firmados por meio de processos e técnicas de ensino que, consagrados nos Pareceres, nos oferecem parâmetros para verificar as grandes linhas do ideal pedagógico

Escola e Mudança: um processo conflituoso frente à organização burocrática

School and Change: a conflitant process beyond the bureaucratic organization

Dulcelena Stéfani Correa

Mestra em Educação, Unesp/
Marília e professora na FAI

Resumo

O trabalho aponta diferentes maneiras de se produzirem mudanças deliberadas nas escolas e reconhece que, embora haja muita resistência dos educadores em seguir modelos preestabelecidos e impostos de forma autoritária, as escolas mudam, mesmo que sejam mudanças de pequena amplitude e, algumas vezes, decorrentes de alterações na estrutura da organização escolar. Este é um processo conflituoso frente à organização burocrática que caracteriza as instituições escolares.

Palavras-chave

cidadania – qualidade – inclusão – participação – responsabilidade

Abstract

The work shows different ways to produce changes in schools and recognizes that even have a resistance from educators in following established patterns and taxes, schools change mainly pushed by changes in politics, culture and society that usually occur. This is a conflitant process beyond the bureaucracy that takes place in educational institutions.

Key words

citizenship – quality – inclusion – participation – responsibility

Introdução

No Brasil, passamos por um longo período em que os educadores das escolas públicas de 1^o e 2^o graus vive-

O que se constatou em relação ao Ciclo Básico foi que, em 1986, as taxas de reprovação da 2ª para a 3ª série apresentaram uma queda em torno de 10%, diminuindo esta taxa, em 1987, para 8%. Embora toda essa tentativa tenha demonstrado que foi desestruturada positivamente a seriação tradicional, a luta por uma escola mais democrática estava apenas começando, pois restava ainda a “evasão consentida” em que os alunos “difíceis” ou com problemas de aprendizagem eram “estimulados” a abandonar a escola, indo para as estatísticas como evadidos e não como retidos.

A implantação do Ciclo Básico e da jornada única para professor de 1ª a 4ª série, aqui referida, não conseguiu, portanto, reduzir, da maneira desejada, os índices de retenção no ensino fundamental e, no final da década de oitenta e início da de noventa, ainda encontramos índices indesejáveis de retenção e evasão de alunos de modo geral, sendo que a retenção se concentra no final do ciclo Básico (2ª série do E.F.) e na 5ª série deste mesmo grau de ensino.

Uma das tendências que pode ser identificada, neste mesmo período, ao estudar o desenvolvimento dos sistemas educativos, tanto no Brasil como em outros países, é o crescente interesse pela ‘Escola’ enquanto organização social educativa (NÓVOA, 1995). Através desses estudos, o interesse maior tem se constituído em desvendar e explicar o funcionamento da instituição escolar a partir do ponto de vista de sua interação com os demais sistemas sociais, de maneira a aperfeiçoar a qualidade do ensino e da aprendizagem ali desenvolvidos.

Esse enfoque, conforme explicita Barroso (1996), aparece em primeiro plano, quando se pretende analisar os processos de reformas instituídos pelos órgãos governamentais.

Nesta perspectiva, ao constatar que a lógica econômica não tem apresentado soluções viáveis para a superação dos problemas que afligem a humanidade, a miséria e a fome, as guerras e as lutas étnicas, a poluição ambiental e o esgotamento das riquezas e recursos em extinção, torna-se imprescindível, também para os sistemas educacionais analisar as mudanças necessárias para que se possam enfrentar os dilemas em que vivem os países em desenvolvimento.

No que concerne aos sistemas educacionais brasileiros a ‘escola’ também tem sido considerada como referência principal para se investigar o processo educativo real, isso implica considerar as escolas como unidades estratégicas das mudanças em educação.

Para Nóvoa (1995) durante muitos anos, o nível de investigação privilegiado, ou praticamente exclusivo de análise em educação foram os sistemas educativos. Dessa maneira, a análise da Escola, como um espaço de reflexão que pode levar à compreensão da autonomia necessária para o uso das diferentes competências que a integram, acaba ficando diluída na dimensão gigantesca dos sistemas educacionais. Com muita propriedade esse autor afirma:

Apesar da contribuição científica que estes estudos representaram, eles subestimaram a influência das variáveis escolares e dos processos internos aos estabelecimentos de ensino. A emergência recente de uma sociologia das organizações escolares, situada entre uma abordagem centrada na sala de aula e as perspectivas sócio-institucionais focalizadas nos sistemas educativos, é uma das realidades mais interessantes da nova investigação em Ciências da Educação.

do estabelecimento de ambiente de relações educativas democráticas voltadas para a participação da sociedade, para o engajamento nas estruturas de representação e para o exercício dos direitos de cidadania.

Como a escola poderá aproveitar essas idéias e assumir, efetivamente os desafios de superar as disparidades educacionais, a discriminação no acesso e permanência do aluno, com sucesso, nos serviços educacionais básicos?

A escola em ação

Vivenciamos nesta última década do século, ações de políticas públicas de ensino em nível federal, estadual e municipal, que vêm tentando uma reformulação na educação no sentido da inclusão, do acesso e da permanência do educando no sistema, bem como buscando promover a equidade e o sucesso da aprendizagem. Desenvolvimento social sem educação de qualidade parece-me utopia; educação de qualidade e desenvolvimento econômico, político e social acredito serem processos interdependentes e concomitantes. Refiro-me à qualidade da educação como o acesso aos instrumentos de elaboração e sistematização dos saberes que permitam aos jovens se inserirem nas práticas sociais como cidadãos críticos e atuantes.

No cenário estadual paulista, em 1992, o governo Fleury implantou o 'Projeto Escola Padrão', inicialmente, contemplando apenas 306 escolas paulistas num programa diferenciado de organização e gestão escolar, que instaurou número maior de horas-aula semanais para os alunos, sistema diferenciado de atribuição de aulas a professores, remuneração com acréscimo de 30% para professores e direção. Criou um quadro especial de funcionários administrativos, possibilitou capacitação em serviço e garantiu condições de trabalho pedagógico com aulas suplementares para a ação coletiva. Foram designados professores coordenadores por áreas do conhecimento, para o ensino de 1ª à 4ª série e para o curso noturno. Foram adquiridos livros didáticos e paradidáticos para o uso do aluno e do professor, assinatura de jornais e revistas e remodelação dos prédios e equipamentos escolares. Nos anos de 1993 e 1994, foi ampliado o número de escolas participantes, perfazendo um total de cerca de mil, como parte de um universo de aproximadamente sete mil escolas.

As dificuldades em articular as mudanças estruturais necessárias tornaram inviável a extensão desse projeto às demais escolas da rede estadual, tal como foi proposto inicialmente.

Em 1995, o novo governo empossado propõe novas diretrizes educacionais para o Estado de São Paulo, no período de 1995-1998 para, desta forma, poder enfrentar os problemas e os entraves à educação básica no estado, tais como: ingerência do sistema educacional e falta de produtividade; escolas privilegiadas e escolas abandonadas; salários diversificados para professores com as mesmas atribuições e encargos; descontentamento e desperdício de recursos humanos e financeiros....

Este programa tem como diretriz norteadora 'promover uma revolução na produtividade dos recursos públicos com melhoria na qualidade dos serviços educacionais (NEUBAUER; apud COVAS, 1994, p. 12).

Apresenta como diretriz complementar a idéia de reformar e racionalizar a estrutura administrativa e produzir mudanças no padrão de gestão.

Essas ações, corolárias às de nível federal, propunham mudanças no sistema escolar paulista, produzindo efeitos de territorialização decorrentes do processo de municipalização das escolas que mantêm ensino de educação infantil e 1ª ciclo do ensino fundamental – 1ª à 4ª série.

têm se preocupado em preservar suas identidades.

A Reforma do Estado, proposta pelo governo Fernando H. Cardoso (BRESSER, 1996) e as reformas educativas atuais, têm se orientado no sentido da desobrigação do Estado com a oferta dos serviços públicos essenciais. Na educação, o processo de municipalização do ensino fundamental tem se traduzido numa forma de direcionar o compromisso para as esferas estaduais e municipais, buscando o apoio da sociedade.

Diante disso, os recursos financeiros, em nome do ajuste necessário para reduzir o déficit público, ao invés de serem aumentados para atenderem as crescentes demandas que a qualidade da educação requer, foram simplesmente redistribuídos através da Emenda n.º 14 à Constituição Nacional.

Essas mudanças na legislação não correspondem aos anseios dos educadores brasileiros, pois não são suficientes, do ponto de vista financeiro e operacional, para alavancar as mudanças pretendidas na educação escolar, gerando melhor qualidade.

Fica clara, entretanto, uma concepção ampliada da função da escola o que vislumbra a necessidade de “mudanças relevantes” no seu funcionamento que deve ter seu campo de autonomia cada vez mais alargado e assim poder processar alterações, tanto do ponto de vista qualitativo, quanto na forma de se articular com a comunidade usuária de seus serviços, levando em conta seus interesses e suas necessidades culturais.

Nas reformas implementadas na rede escolar paulista, a partir da década de oitenta e, principalmente nas duas décadas de noventa, é perceptível a valorização da escola, dando relevância para as funções de mediação com a sociedade. As escolas são consideradas microssistemas de ensino onde devem ser respeitadas suas decisões quanto às práticas pedagógicas e a não linearidade entre as decisões centrais e as práticas locais. São, ainda que muito mais nos textos legais do que nas normas organizacionais implementadas, declaradas como ‘campo de tomada de decisões pedagógicas e curriculares’, construindo assim suas próprias identidades.

Quanto à administração educacional, ao se falar em democratização da escola, pressupunha-se uma administração democrática que fosse instrumento de transformação social.

Uma administração inovadora onde a ‘in-novo-ação’ muda para o novo, articulando teoria e ação mergulhadas e comprometidas com o emergente emancipador. Toma o partido da esperança histórica, dos construtores do amanhã (WITTMANN, 1992, p. 60).

Conforme explicita Gracindo (1995), a qualidade do processo educativo é aqui entendida como construção social. E nunca numa prescrição pré-concebida por iluminados, num “rol” de indicações e determinações estabelecidas arbitrariamente e impostas de forma centralizada e autoritária como encontramos nas reformas instituídas pelos órgãos centrais da educação em nível estadual.

Para esta autora o processo de descentralização, tanto nas decisões quanto no planejamento e na sua implementação, deveria refletir o compromisso, a co-responsabilidade de todos no processo educativo. Observa que uma das formas concretas de descentralização é a existência, dentro da escola, de diversos órgãos colegiados que, pela sua composição, objetivos e dinâmica de funcionamento, podem imprimir à administração da educação, nos seus diversos níveis, uma postura democrática. Portanto, o colegiado é uma metodologia saudável na busca de uma administração mais aberta e, como conseqüência, tende a resultar numa escola mais democrática. Ele precisa ser o lugar privilegiado da proposição, da defesa do projeto e dos objetivos educacionais e também uma tentativa de criar novas relações no interior da escola, para que a atividade de todos tenha como foco o projeto educacional definido coletivamente.

MELLO, Guiomar N. **Cidadania e Competitividade**: desafios do terceiro milênio. São Paulo: Cortez Editora, 1994.

NÓVOA, A. Para uma Análise das Instituições Escolares. In NÓVOA (coord.). *As Organizações Escolares em Análise*. Lisboa, 1992.

SOUZA, Maria Inês. S. Educação e Poder : a nova ordem mundial e seus reflexos no âmbito educacional – possibilidades e alternativas. **Revista Universidade e Sociedade**, Ano IV, nº 6, pp. 107 à 115, fevereiro, 1994.

WITTMANN, L. C. **A Base das Experiências de Gestão Inovadora no Processo Educacional**: sua base material e histórica. Brasília, DF, v.7, nº 1, jan./dez. 1992.

Introdução

Pensar é criar. Cada vez que pensamos nos abstraímos da realidade, e não raras vezes, transcendemos na imaginação e acabamos por criar algo de novo.

É facilmente constatável que, biologicamente, o homem é o mais frágil, fisicamente, de todos os animais. No entanto, para compensar essa desvantagem, foi dotado do mais poderoso de todos os instrumentos, o Pensar. Instrumento, aliás, que lhe garantiu sobreviver por tanto tempo e com tanto êxito. Ao pensar, o homem cria e, ao criar, transforma a natureza, vence obstáculos e cria um ambiente mais favorável para si e para seus semelhantes.

A maior criação do homem foi, sem sombra de dúvidas, a Linguagem. Aliás, nas memoráveis palavras de Thomas Hobbes (1999, p. 43):

Mas a mais nobre e útil de todas as invenções foi a da linguagem, que consiste em nomes ou apelações e em suas conexões, pelas quais os homens registram seus pensamentos, os recordam depois de passarem, e também os usam entre si para a utilidade e conversa recíprocas, sem o que não haveria entre os homens nem Estado, nem sociedade, nem contrato, nem paz, tal como não existem entre os leões, os ursos e os lobos (HOBBS, 1999, p. 43).

E, decorrência desta, a Escrita, no ano de 4000 a.C., sendo o surgimento da escrita o marco divisor entre Pré-história e a História.

Certa vez, um pensador, cujo nome não nos recordamos, disse: “Todo conhecimento passa pela leitura” e Ludwig Wittgenstein complementa dizendo que “Os limites de minha linguagem denotam os limites de meu mundo”. Portanto, através da escrita e da leitura, que compõem a linguagem, podemos conhecer e criar um mundo de horizontes incomensuráveis. Quando uma obra científica ou literária é criada, o mundo do conhecimento é ampliado, revisto e aperfeiçoado. A criação artística, também desempenha papel relevante, e é anterior, inclusive, à escrita. Afinal, a arte da pintura rupestre – pintura em cavernas – inaugurada pelo homem antigo, teve prevalência sobre a escrita, se bem, é óbvio, que também era uma expressão de linguagem, por meio da qual o homem das cavernas fez representações de suas atividades diárias, como caça, pesca, religião, etc. Uma forma de narrar a realidade daquela época. Por meio das representações artísticas, como pintura, artesanato, escultura e etc., muito conhecimento nos é transmitido, pois, cada povo, em cada época, passa e transfigura suas características na arte que é produzida, permitindo às gerações futuras tomarem contato com seus usos, costumes, tradições e etc, o que nos dá supedâneo para entender as transformações pelas quais passa a sociedade e, desta forma, termos condições de entender a sociedade atual. Assim, nota-se o quão importante é a criação intelectual, em suas várias modalidades, seja literária, científica ou artística.

A sociedade moderna e a mecanização da produção

Na aurora da humanidade, todo o trabalho que o homem realizava era, eminentemente, manual ou artesanal. E até a bem pouco tempo, o trabalho manual preponderou. Os artesãos levavam até muitos dias para confeccionar apenas uma unidade do objeto que estavam criando. As grandes desvantagens de tal procedimento, eram a demora na produção e alto custo da peça produzida. Não apenas no artesanato, mas também na produção e divulgação de obras literárias, o trabalho manual encarecia sobremaneira o produto final. Só para ficarmos com um exemplo, podemos citar a divulgação da Bíblia na Idade Média. Sua produção era realizada pelos monges, nos mosteiros, exímios copistas, que passavam o dia copiando do manuscrito original e montando novos livros

de sobrenome, que lhe desse destaque e garantisse supremacia sobre os demais. Como exemplo podemos citar o trivial sabonete. Todos conhecemos bem o sabonete. Mas, dificilmente me dirijo ao supermercado apenas para comprar o sabonete, geralmente tenha em mente o Lux Luxo, ou o Palmolive, ou o Dove, etc. Esse o grande benefício da produção em série, o poder da escolha.

Entretanto, num lado diametralmente oposto ao benefício surgido, um gigantesco problema vem surgindo, ganhando, em nossos dias, proporções continentais e afetando o mundo todo. Um problema, que para os produtores é mais uma doença, diz respeito à reprodução não autorizada de marcas devidamente legalizadas e registradas nos órgãos competentes, que são vendidas por criminosos a um preço quase que simbólico, levando muitas empresas a grandes déficits, quando não à ruína. Porque, colocar um produto, a um preço acessível a todos no mercado é uma coisa, agora, outra bem diferente é dá-lo em troca de um preço ínfimo e simbólico, o que, evidentemente, não faz parte da dinâmica capitalista.

Essa doença da produção em série, sem o expresso consentimento do produtor ou autor assumiu em nossos dias, duas modalidades distintas, o Plágio e a Pirataria.

Do Plágio

Faremos uma curta incursão pelo problema do plágio, que ocorre quando a idéia de um autor é, indiscriminadamente, copiada, sem que sua autoria seja mencionada. O tratamento deste tema será breve, pois o objetivo principal deste singelo trabalho é cuidar da problemática da pirataria (uma modalidade de reprodução não autorizada, que envolve, não a reprodução da idéia, mas a estrutura física do produto).

Escrever um livro ou fazer um trabalho de pesquisa científica é algo que exige muito do autor. Longas horas de leitura, reflexão, re-reflexão e ordenamento lógico das idéias que serão expostas. Coerência e coesão. Filosoficamente falando, para produzir uma idéia é necessário que o autor esteja “grávido”.

Sabemos perfeitamente bem o quão especial é uma gravidez. Exige a fecundação, à qual podemos equiparar o estágio em que o autor da obra vai, paulatinamente, adquirindo conhecimento através de reiterado estudo e análise. Posteriormente, temos a gestação, à qual podemos equiparar o período em que o autor reflete sobre a idéia que teve, ou a análise do dado que obteve em suas pesquisas. A gestação é o período em que a idéia toma forma, cresce e se aperfeiçoa. Contrariamente à uma gestação biológica que, na espécie humana dura, aproximadamente, 9 (nove) meses, a gestação de uma idéia literária, científica ou artística, pode perdurar por anos ou décadas, para que atinja o ponto de maturação adequado. Após a gestação, o momento tão aguardado, o parto. Para o homem biologicamente considerado, a chegada do novo ser ao mundo; para o autor, o parto de sua idéia é a transcrição da mesma para o papel e sua posterior publicação. Portanto, a dor do pensamento iguala-se à dor do parto. Já dizia o poeta luso, Fernando Pessoa: “Pensar é algo nada natural”.

O pensar, no sentido de se estar criando algo de novo e inédito. Daquilo que não há similares. E, realmente, apesar do ato de pensar ser natural e intrínseco à própria natureza humana, criar é um ato que, inegavelmente, se situa num patamar superior, pois o criar exige muito de seu criador, como acima explicamos. Criar é abrir um mundo de possibilidades. Sendo assim, este produto da concepção deve ser protegido, pois somente seu genitor sabe o quão doloroso foi o processo de gestação e, principalmente, a dor do parto, para que sua criação se tornasse possível.

considerados. Como exemplo, temos o tão propagado xerox. Ao pegarmos um livro e xerocopiá-lo inteiramente, estamos cometendo pirataria, pois, o nome do autor permanecerá devidamente indicado, no entanto, a estrutura física do livro foi indevidamente reproduzida, pois não contou com a expressa autorização do autor. É o grande fantasma da pirataria reside em que, o autor da obra indevidamente reproduzida, não irá auferir um só centavo com a venda deste material.

O direito autoral não abrange apenas a propriedade de livros, obras de artes ou estudos científicos, mas também o propriedade industrial, que engloba as marcas e as patentes.

Vimos no capítulo I do presente trabalho que, a modernização trouxe consigo a criação de máquinas capazes de reproduzir obras e produtos já existentes, em grandes quantidades.

Dado o grande desenvolvimento industrial, principalmente, a partir do séc. XVIII, com a Revolução Industrial, uma gama muito maior de pessoas passaram a ter acesso aos meios de produção, lançando no mercado de consumo seus produtos, agora feitos industrialmente e em série. No entanto, o problema é que muitos industriais se dedicam a produção do mesmo produto, gerando inevitavelmente a concorrência, no sentido de que seu produto seja o mais consumido e aceito. Toda essa disputa exigiu o surgimento de mecanismos que individualizassem os produtos e garantissem uma leal concorrência.

Dentro deste quadro dos acontecimentos, houve o surgimento da Propriedade Industrial, com a criação de Marcas e Patentes. As marcas são os sinais distintivos que individualizam e distinguem um produto dos demais. A patente abrange a criação ou invenção de um novo produto, máquina, invento, etc., é a invenção de algo inédito, sem similar. Apesar das Marcas e Patentes estarem, no direito pátrio, regidas por uma legislação específica, a Lei n. 9.276/96, não podemos nos esquecer que as marcas e patentes também são uma criação intelectual, pois envolvem o labor intelectual de seus criadores. Em nossa humilde opinião, as marcas são uma criação mais de cunho artístico, pois envolvem certa arte na criação dos sinais, não se confundindo com a criação artística propriamente dita, mas, por analogia, chegamos a esta comparação. Já a patente envolve um rigoroso e criterioso trabalho científico, aproximando-se mais da criação científica. No entanto, analogias à parte, a questão fundamental é que, ambas geram a seus criadores o direito sobre a coisa criada, envolvendo as questões de como usar, dispor, alienar, usufruir e garantir este direito, contra eventuais usurpadores. Por essa razão, também disciplinando a matéria, temos a incidência da Lei n. 9.610/98 – Lei dos Direitos Autorais.

Também não é o propósito do presente trabalho, dada sua singeleza, a análise da problemática do procedimento de registro das criações intelectuais ou industriais, quais criações são registráveis e legalmente protegíveis, ou os direitos sobre a constituição, uso e alienação de respectivos direitos. Mas, sim, a análise do problema da usurpação de tais direitos, e, especificamente, dos direitos concernentes à propriedade Industrial, ou seja, a reprodução não autorizada dos produtos e, conseqüentemente, das marcas e patentes.

A pirataria, como acima dito, abrange a reprodução física do produto. O eventual usurpador, pega um produto original do meio circulante e faz uma réplica exata, ou melhor, um clone do produto original. No entanto, com as seguintes diferenças: é um produto pirata (não original), com um nível de qualidade muito inferior, sem garantia, e com preço muito menor. Este talvez, ou melhor, com certeza, o ponto que permite uma propagação extremamente grande dos produtos pirateados.

Não podemos descuidar de nossa realidade. Fazemos parte de um país que possui uma má distribuição de

Quando é descoberto o local onde o produto está sendo pirateado, geralmente só se encontram os empregados, pessoas humildes, que são exploradas, e até, escravizadas, que não tem a mínima noção do que fazem. Assim, não há como puni-los.

Desse quadro exsurge a situação da mais lamentável irresponsabilidade legal frente aos produtos piratas, pois seus produtores não podem ser identificados, e, concomitantemente, a situação de total desproteção em que fica o consumidor, em caso de defeito ou vício do produto. E nem mesmo se pode atribuir a culpa ao consumidor por ter adquirido um produto pirata, haja vista o fato de que estes se tornaram um meio para que as classes menos favorecidas tenham acesso a certos produtos, cujos preços, em não raras situações, são totalmente incompatíveis com nossa realidade. Mas essa, uma outra questão. Há quem faça a alegação de que o problema da pirataria é uma jogada de Marketing, onde a empresa produtora de um produto original também lançaria no mercado, concomitantemente, produtos falsos. Toda vez que se falasse na pirataria de um certo produto, estar-se-ia também fazendo-se a propaganda de tal produto. No entanto, não sabemos até que ponto esta opinião procede. Não nos manifestaremos à respeito, primeiro, porque não é objetivo do presente trabalho; segundo, porque é uma questão delicada e que necessita de severas investigações.

Em segundo lugar, a pirataria deve ser frontalmente combatida por questões tributárias. Os produtos que entram em circulação no mercado, sendo falsificados, não tem sobre si a incidência de impostos, e isto, pelo simples motivo de que de não há de quem se cobrar as alíquotas devidas ao Estado. O pretense “fornecedor” de tais produtos pirateados é uma pessoa anônima, ou organização anônima, desconhecida, portanto. Inclusive, as empresas detentoras das marcas pirateadas, somente tomam conhecimento da falsificação quando os produtos falsificados já se encontram no mercado.

Alguns produtos falsificados podem representar um sério problema para a saúde de seus consumidores. Em recente matéria publicada pela Revista “Veja”, de 26 de julho de 2000, pág. 126, sob o título “O Brasil ilegal se alastra”, a revista noticia o caso da falsificação de cigarros, setor que vem sofrendo em demasia com a pirataria. O cigarro falsificado é vendido a R\$ 0,70 o maço, enquanto o original a R\$ 1,40.

Além dos produtos prejudiciais à saúde contidos nos cigarros originais, os falsificados podem ter uma quantidade impressionante de defensivos agrícolas proibidos. De acordo com a revista “Veja”: “Uma análise laboratorial recente da Associação Brasileira da Indústria do Fumo mostrou que, entre 45 marcas pesquisadas dezenove tenham resíduos de inseticidas cuja fabricação é proibida no país. Sem falar em areia e barbante.”

Voltando à questão tributária, com a entrada destes produtos falsificados no mercado, somando-se além do cigarro, também os mercados de combustível e refrigerante, chega-se a uma atividade de 20 bilhões de Reais ao ano. Sendo que a Receita deixa de arrecadar R\$ 4,5 bilhões de Reais. Dinheiro que não entra e que poderia ser canalizado para outros setores públicos, como saúde, educação, habitação, etc.

A questão é que, atividades ilegais e extremamente nocivas ao consumidor, ao Estado e aos fabricantes, poderiam ser facilmente evitadas se estes últimos, os fabricantes, disponibilizassem seus produtos a

Da impossibilidade de deferir a suspensão condicional do processo *ex officio*

The impossibility of concede an conditional suspension in the ex officio process

Antonio Simini Junior

1º Promotor de Justiça de
Dracena e professor na FAI

Resumo

As funções de promover a ação pública e a de julgar são diversas. Cabendo ao Ministério Público a exclusiva promoção da ação penal pública nos termos do artigo 129, I, da Constituição Federal, e mencionando o artigo 89 da Lei nº 9.099/95 que o Ministério Público, ao oferecer denúncia, poderá propor suspensão do processo, é certo que a interpretação mais consentânea é de que se trata de faculdade do órgão da Justiça Pública. Assim, não pode o Juiz imiscuir-se, indevidamente na ação em curso para, passando sobre a manifestação ministerial, conceder a suspensão do processo. Caso se pretendesse que tal benefício fosse direito público subjetivo, tal fato viria descrito no texto legal e não seria na palavra poderá dirigida ao Órgão Ministerial. Também o texto legal não mencionou que o juiz poderia agir *ex officio* para concessão deste benefício. Desse modo, o que a lei não distinguiu, não cabe ao intérprete fazê-lo.

Palavras-chave

suspensão do processo de ofício – impossibilidade – ne procedat iudex ex officio – Ministério Público - princípio da obrigatoriedade da ação penal – discricionariedade mitigada

Abstract

The functions of public prosecution the lawsuit and the judging is several. Belongs to the Public Prosecutor the exclusive promotion of the public criminal procedure in the terms of the art. 129, I, of the Federal Constitution, and mentioned art. 89 of the law 9.099/95 that the Public Prosecutor, whem offering a acusation, it can propose suspension of process, it is right that the consenting interpretation is the ability of the Public Justice Organ. Thus, can not the Judge Interfece , improperly in the action of lawsuit in course crossing over of a Ministerial manifestation, to concede the suspension the process. In case if it intended such fact, it would come described in the legal text

Além disso, não se pode olvidar que a lei não previu a concessão da suspensão de ofício pelo Juiz, como também a referida proposta implica acordo, isto é, anuência das partes.

Ora, no processo penal as partes são o Promotor de Justiça e o denunciado, que estará assistido por defensor. Em uma visão topográfica da redação da lei, observa-se que o legislador consagrou a proposta ministerial como condição para a suspensão do procedimento para em seguida, indagar a aceitação do acusado e de seu advogado e, por fim, disciplina a homologação do acordo pelo Magistrado.

Como se vê, o Magistrado não participa da transação, senão para homologá-la, porque, do contrário, estaria avocando a condição de parte, em substituição compulsória do órgão acusador, o que se mostra incompatível com o moderno processo penal acusatório que, neste âmbito, repugna qualquer atividade *ex officio* do Poder Judiciário, em atenção a sua obrigatória imparcialidade.

Nesse passo, peço venia para trazer a lição de Mirabete [Op. cit., p. 153] sobre o assunto:

(...) a proposta de suspensão condicional do processo é também uma atividade discricionária controlada ou limitada, ou regrada, do Ministério Público, não podendo constituir, ao mesmo tempo, um direito do sentenciado. O Ministério Público é o titular, privativo, da ação penal pública, afastada a possibilidade de iniciativa e, portanto, de disponibilidade por parte do juiz (art. 129, I, da Constituição Federal). Não podendo, portanto, a lei, e muito menos uma interpretação extensiva dela, retirar-lhe o direito de pedir a prestação jurisdicional quando entende que deva exercê-la. Consagrado pela Constituição Federal o sistema acusatório, onde existe separação orgânica entre o órgão acusador e o órgão julgador, não pode um usurpar a atribuição ou competência do outro. Por consequência, ao titular do *ius persequendi* pertence com exclusividade também a disponibilidade da ação penal quando a lei mitiga o princípio da obrigatoriedade.

Nesta mesma trilha caminha a jurisprudência.

Abordando a questão, nos autos de Apelação nº 1.036.147/9, em brilhante acórdão relatado pelo preclaro Desembargador Damião Cogan, assim se pronunciou a 1ª Câmara do Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo, por votação unânime:

(...) Como já de longa data se preleciona, e voltou a atual Constituição Federal a enaltecer, as funções de promover a ação pública e a de julgar são diversas. Cabendo ao Ministério Público exclusiva promoção da ação penal pública nos termos do artigo 129, I, da Constituição Federal, e mencionando o artigo 89 da Lei nº 9.099/95 que 'o Ministério Público, ao oferecer denúncia, poderá propor suspensão do processo', é certo que a interpretação mais consentânea é de que se trata de faculdade do órgão da Justiça Pública, não podendo o juiz agir de ofício. Não se trata de *sursis*, onde já terminada a ação penal exsurge o direito subjetivo do réu à suspensão da pena, onde tem o juiz o dever, presente os requisitos legais, de concedê-la. No caso da suspensão do processo não se tem sequer condenação, não podendo, pois, o Juiz agir *ex officio*, fazendo às vezes do órgão titular da ação penal. Impera no Processo Penal o Princípio da Obrigatoriedade da propositura da ação penal, vigendo, em face da denúncia, o princípio *in dubio pro societate*. Assim, não pode o Juiz imiscuir-se, indevidamente na ação em curso para passando sobre a manifestação ministerial, conceder a suspensão do processo. Caso se pretendesse que tal benefício fosse direito público subjetivo, tal fato viria descrito no texto legal e não seria na palavra poderá dirigida ao Órgão Ministerial. Também o texto legal não mencionou que o juiz poderia agir *ex officio* para concessão deste benefício. Assim, o que a lei não distinguiu, não cabe ao intérprete fazê-lo (...)

Nesse diapasão, o voto do Excelentíssimo Senhor Ministro Sepúlveda Pertence, que ao julgar Habeas-Corpus em face de recusa do Promotor de Justiça em fazer proposta suspensiva, relatou que:

Data venia, não é lícito ao Julgador se sobrepor à atividade acusatória do Ministério Público, desrespeitando sua função constitucional, titular único da ação penal.

Não existindo mais entre nós o juiz inquisitivo, cumpre a acusação delimitar a área de incidência da jurisdição penal e também movimentá-la por meio da propositura de ação penal. É a regra no *ne procedat iudex ex officio*.

Como lembra José Frederico Marques [Elementos de Direito Processual Penal, vol. 1, Bookseller, 1997, p. 181]:

Não há no processo penal pátrio, o procedimento ex officio. A acusação pública é atividade funcional adjudicada exclusivamente ao Ministério Público, enquanto que a acusação privada pertence ao ofendido, com a atuação supletiva, em alguns casos, do próprio Ministério Público.

A relação processual, também no processo penal, só é instaurada mediante provocação do órgão acusador, através da ação penal, donde conclui-se, inexistir jurisdição sem ação.

Ora, do contrário, estaria o magistrado avocando-se de competência que não tem, uma vez que não existe jurisdição sem ação. Cabe ao juiz ser o responsável pelo impulso do processo, sua direção e garantida de que chegue a um termo rápido e seguro.

Não tem o Poder Judiciário competência para avocar a si função legiferante e criar obstáculos para propositura da ação penal, uma vez que não foi esta a opção do legislador.

Contudo, se o assim fizer o julgador, estará produzindo insegurança na aplicação do direito.

Ao determinar, de ofício a proposta de suspensão condicional do processo, e não acolhendo parecer da Procuradoria-Geral de Justiça, que é definitiva, incorrerá o julgador em flagrante inconstitucionalidade, na medida em que se está criando um obstáculo ao exercício, pelo Ministério Público, do *jus perseguendi* assegurado pelo artigo 129, inciso I, da Carta Magna.

Vigora em nosso sistema Processual Penal o Princípio da Incomunicabilidade do Conselho de Sentença, regra que visa assegurar o mérito do julgamento com o objetivo de impedir que o Jurado exteriorize sua forma de decidir e venha a influir os demais integrantes do Conselho de Sentença, quer favorecendo, quer prejudicando qualquer das partes, acusação ou defesa.

A oportunidade da pesquisa de campo, aliada a um ponto de vista evolutivo, gerou um questionário que indaga a um grupo de Jurados, componentes do Conselho de Sentença, sobre a importância da comunicação no Juri Popular, evidenciando, de forma personalíssima, os aspectos positivos e negativos do Princípio da Incomunicabilidade do Conselho de Sentença.

O resultado, reforça sobremaneira a idéia inicial de nossa pesquisa, fornecendo dados contribuintes à eventual reforma do sistema Processual Penal Brasileiro que busca, incessantemente, alternativas, no intuito de suprir lacunas criadas pelo próprio sistema, em virtude da evolução da espécie humana, avaliando a funcionalidade do Tribunal do Juri no que diz respeito à sua característica de incomunicabilidade, auxiliando, ainda que de forma modesta e parcial, com a manutenção e a evolução processual da mais democrática instituição Jurídica brasileira.

Da Sistemática Atual

A incomunicabilidade do Conselho de Sentença, acha-se prevista no artigo 458, parágrafo 1º do Código de Processo Penal, seu texto nos diz:

artigo 458 - Antes do sorteio do Conselho de Sentença, o Juiz advertirá os jurados dos impedimentos...

parágrafo 1º - Na mesma ocasião, o Juiz advertirá os jurados de que, uma vez sorteados, não poderão comunicar-se com outrem, nem manifestar sua opinião sobre o processo, sob pena de exclusão do Conselho e multa...

Como é curial e de acordo com as praxes forenses, a incomunicabilidade não é absoluta, vez que poderão os jurados - desde que não externem opinião ou convicção - dirigir perguntas e solicitar esclarecimentos ao Juiz e por intermédio deste às partes. Limitam-se, todavia, à essência da causa, preservando-se o dever de silêncio quanto ao mérito.

Respeitado o rígido sistema de nulidades instituído pelo Código de Processo Penal, faz-se necessário a demonstração de prejuízo à hegemonia do Tribunal do Juri, sob pena de não lhe ser decretada a nulidade.

A finalidade do dever de incomunicabilidade é a garantia da imparcialidade e da independência dos jurados. Em defesa dessa garantia, construiu-se uma harmônica e uníssona corrente jurisprudencial.

A incomunicabilidade tem por objetivo assegurar a independência dos jurados e a verdade da decisão (STF - Rel. Djaci Falcão - RT 434/449)

A lei processual penal, ao impedir que os jurados manifestem opinião sobre o processo (art. 458, parágrafo 1º do CPP), intenta garantir a independência do convencimento de cada um (TFR - Rel. Costa Leite - RTFR 126/262)

Resultados e Discussão

Como já preceituado na introdução, o presente trabalho teve o intuito, ainda que de forma simplificada, de dar sua contribuição ao Direito Processual Penal.

Ressalta-se ainda que, o poder de discernimento e assimilação do ser humano é variável. O caso concreto, chega ao seu conhecimento de forma brusca e ininterrupta, sem qualquer conhecimento prévio e, a partir daí, inicia-se um processo de formação do “*opinio delicti*”, elemento auxiliar à formal decisão.

O procedimento do Juri Popular, por sua vez, não possui a característica da breveza, exige-se do Jurado uma atenção desgastante, o que traz uma necessidade maior da comunicação no intuito de elucidar passagens obscuras ou despercebidas, oriundas do dispêndio mental, dando ao caso o resultado mais justo.

Divergências de opiniões existem, todavia, o desafio maior de nossa pesquisa é o seu precedente. A sensação de enfrentar opiniões divergentes é a mesma de se enfrentar um caso em julgamento, ainda porque, nem sempre concordamos com a conduta ilícita do réu, no entanto, procuramos dar a ele, subsídios legais à sua defesa.

Acreditamos ter elucidado uma questão que, como se observa, é de relevante indagação por parte daqueles que compõem o Conselho de Sentença. A conclusão que se chega é que, a tradição do Direito é inversamente proporcional a evolução da espécie humana, respeitados seus hábitos e costumes. A necessidade da comunicação existe, conforme restou provado na presente pesquisa, e com a necessidade, a dúvida do dever cumprido com exatidão. Por vezes absolvemos nossos semelhantes e condenamos a nós mesmos.

Referências

D'URSO, Luiz Flávio Borges. **Coletânea da legislação criminal brasileira**. 1. ed. São Paulo: Jurídica Brasileira, 1997.

FILÓ, José Luiz. **A defesa na prática: O tribunal do Juri**. 1. ed. Campinas: Bookseller, 1999.

FÜHRER, Maximilianus Cláudio Américo; FÜHRER, Maximiliano Roberto Ernesto. **Resumo de processo penal**. 8. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 1998.

JESUS, Damásio E. de. **Código de processo penal anotado**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

MIRABETE, Julio Fabrini. **Processo penal**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 9. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 1993.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Código de processo penal comentado**. São Paulo: Saraiva, 1996.

TUCCI, Rogério Lauria (coord.). **Tribunal do juri: estudo sobre a mais democrática instituição jurídica brasileira**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

cines produce the xerostomia as a lateral effect. This study is interviewed doctors (in its particular doctor's offices) and druggists to know on the awareness of these professionals and the users of this group of medicines. Interviews with 15 doctors and 10 druggists had been made, of Odontology students of the FAI in its cities of origin to inquire if the professional knew that xerostomia was caused by medicines which they prescribed, if informed (and if they have been made prevention) to the users of this colateral effect and if they wanted to participate of a prevention campaign on the xerostomia as adverses effects of medication. The majority of the professionals is conscientious of this colateral effect, but they do not inform to the users, they do not teach ways to prevent it and they accept to participate of a prevention campaign.

Key words

xerostomia - Spittle – medicines - oral health

Introdução

A xerostomia é a diminuição do fluxo salivar. Pode ser causada por radiação das glândulas salivares, Síndrome de Sjögren, viroses, medicamentos, entre outros fatores (NEWBRUN, 1998). Entre as muitas funções da saliva temos a lubrificação do meio bucal e manutenção do pH favorável através da capacidade tampão (THYLSTRUP, 1988). Na falta da saliva pode haver aparecimento de cáries dentárias, periodontopatias, sensibilidade dolorosa nas mucosas (principalmente da língua), aumento das infecções bucais, halitose, dificuldades na fala, mastigação, deglutição, e no uso de próteses totais, fissuras nos lábios (ressecados) e atrofia da superfície lingual.

A xerostomia pode ser definida como uma sensação de boca-seca. Descrita pela primeira vez por Bartley, em 1868, é primordial o seu conhecimento em Cariologia. Associada a alterações das glândulas salivares, a sensação de boca-seca pode ter causas múltiplas, fazendo das pesquisas, alvo principal na prática clínica, uma vez que se trata de uma condição predisponente de diversas manifestações patológicas na cavidade bucal (BILLINGS, 1996). Uma redução do fluxo salivar pode desencadear o desenvolvimento de lesões de cárie de evolução mais rápida (as cáries rampantes), assim como acontece com pacientes irradiados da cabeça e pescoço quando não se tomam medidas adequadas de proteção das glândulas salivares principais, antes de proceder-se à irradiação (MATOS, 1994, p. 1995).

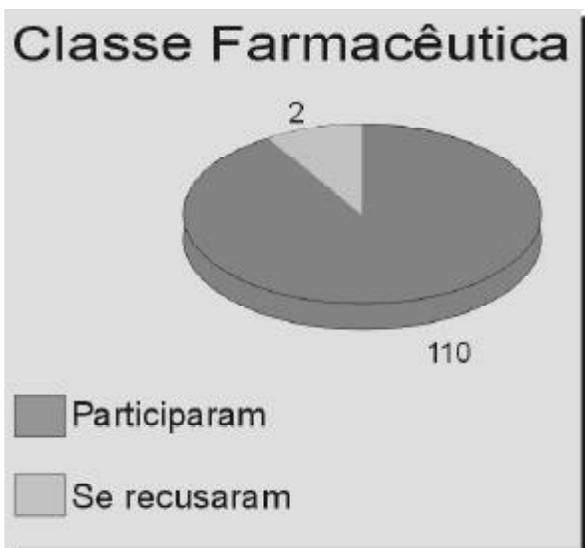
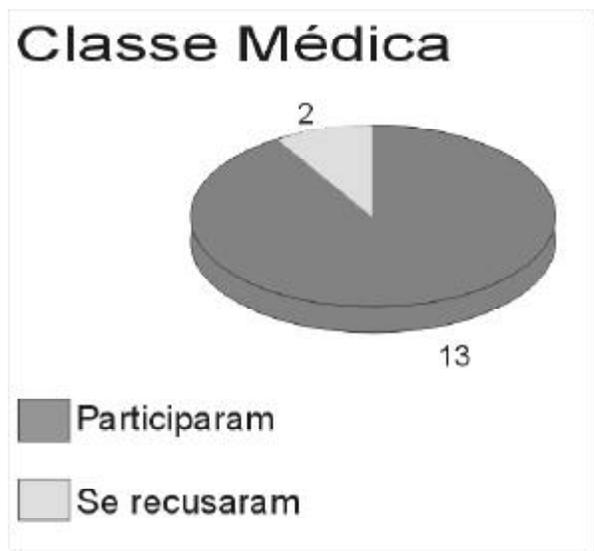
Alguns fatores podem resultar em diminuição do fluxo salivar: medicamentos, doenças sistêmicas (anemia, diabetes, etc), Síndrome de Sjögren, artrite reumatóide, lúpus, doenças crônicas, infecções das glândulas salivares, bloqueio dos ductos salivares por crescimentos tumorais (NAGLER, 1998) ou cálculos salivares, desidratação, terapias medicamentosas, cirurgia local ou radiação, idade avançada, stress emocional, ingestão de bebidas alcoólicas e cigarros.

A xerostomia pode estar associada ao Diabetes de tipo I (BATISTA, 1999), ao HIV, ocorrendo em média em 2-10% dos pacientes infectados (SHIODT, 1997), a efeitos colaterais de diversos medicamentos (PUJOL, 1998), à ansiedade, à depressão e ao stress (BERGDAHL, 2000). Dentre os efeitos colaterais da medicação utilizada por estes pacientes, pode estar a diminuição salivar drástica, que precisa de diagnóstico precoce e intervenção do profissional de Odontologia, que trará conforto ao paciente e conservará boa saúde bucal (SPOLARICH, 2000).

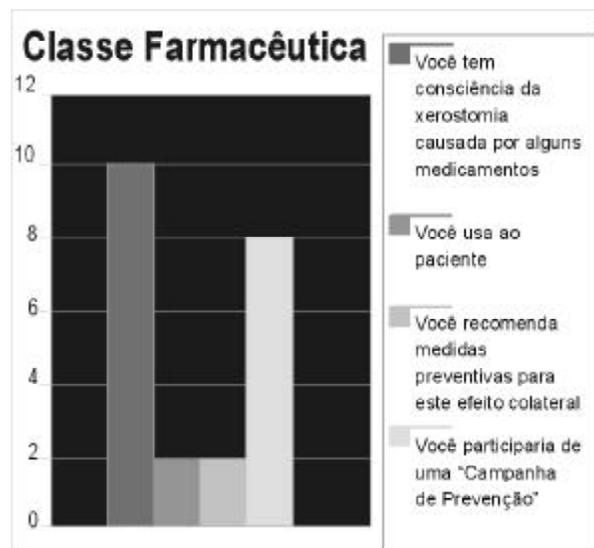
Dependendo da avaliação da causa da xerostomia, o diagnóstico diferencial indicará diversos tipos de tratamento

Resultados

A maioria dos médicos e farmacêuticos aceitaram participar da pesquisa, como mostra os gráficos, assim como a maioria deles tem consciência da xerostomia como efeito colateral de medicamentos, mas a maioria não avisa os usuários e nem recomendam medidas preventivas para combater este efeito colateral, como segue nos gráficos abaixo. A maioria dos médicos e farmacêuticos concordam em participar de Campanhas de Prevenção sobre a xerostomia provocada como efeito colateral de certos medicamentos, distribuindo folhetos aos clientes (folheto em anexo).



d=1



Conclusão

As classes médica e farmacêutica, não estão avisando sobre a xerostomia que os medicamentos podem causar e nem ajudando os pacientes a prevenir este efeito, mas estão de acordo em ajudar em uma Campanha de Prevenção deste mal. Cabe então à classe odontológica fazer um projeto desta Campanha, como o folder que nós fizemos para uma Campanha local, mas que se estenda cada vez mais pelo nosso país. Outros estudos devem ser realizados neste sentido, já que neste trabalho tivemos uma amostra pequena.

Fisioterapia - histórico, conceitos e áreas de atuação

Physiotherapy - historical, concepts and performance areas

Luiz Carlos Marques Vanderlei

Doutor em Ciências, professor FCT/UNESP-
Campus de Presidente Prudente, e na FAI

Regina Celi Trindade Camargo

Mestre em Educação

Augusto Cesinando de Carvalho

Doutor em Neurociência, professor na
FCT/UNESP - Campus de Presidente Prudente e FAI

Resumo

O trabalho tem por objetivo abordar aspectos históricos da fisioterapia no Brasil e no mundo. Definir o perfil do profissional que deve ser formado para atuação no mercado de trabalho e abordar aspectos referentes à carreira da fisioterapia e os seus locais de atuação.

Palavras Chaves

fisioterapia - história

Abstract

The purpose of the present study is to approach historical aspects of the physiotherapy in Brazil and in the world. To define the professional's profile that should be shaped for work in the labor market and to approach referring aspects to the career of the physiotherapy and its places of performance.

Key words

Physiotherapy - historical

A Fisioterapia no Brasil

Considera-se que a Fisioterapia tenha iniciado no Brasil através da Fundação do Departamento de Eletricidade Médica da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, em 1919, pelo Prof. Dr. Rafael de Barros (DEFINE; FELTRIN, 1986).

Em 1929, o Prof. Dr. Waldo Rolim de Moraes instalou o Serviço de Fisioterapia do Instituto de Radium “Arnaldo Vieira de Carvalho”, na Santa Casa de Misericórdia de São Paulo. Com denominação de “técnico em fisioterapia”, surge em 1951 o primeiro Curso para formação de fisioterapeutas no Centro de Estudos Rafael de Barros (CAMARGO, 1998).

Em 1959, é fundado o Instituto Nacional de Reabilitação na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, pelo Prof. Dr. Francisco Elias Godoy Moreira. No mesmo ano nasce a Associação Brasileira de Fisioterapeutas (ABF), que em 1962 é filiada a World Confederation for Physical Therapy, mantendo então um vínculo técnico, científico, cultural e social, com as associações congêneres e fisioterapeutas de todo mundo. Paralelamente no Rio de Janeiro inicia-se o mesmo processo de formação de fisioterapeutas na Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação (ABBR).

O primeiro currículo do Curso de Fisioterapia foi montado aproveitando-se a experiência dos países mais avançados em 1964, entretanto, ficou aquém das necessidades que nortearam a profissão. Em 28 de fevereiro de 1983, a Associação Brasileira de Fisioterapia aprova um novo currículo mínimo para os Cursos de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, através da Resolução nº 4 do Conselho Federal de Educação, passando a duração dos Cursos de três para quatro anos, favorecendo o progresso da profissão.

Até 1969, sabe-se que existiam apenas seis escolas superiores. De 1969 a 1981, com a explosão do ensino superior, registraram-se mais 14 novos Cursos (LEITÃO, 1979).

Segundo dados publicados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), em 1999 existiam no Brasil 115 Cursos de Fisioterapia, sendo 08 em Escolas Federais, 10 em Estaduais, 06 em Municipais e 91 em Instituições Privadas.

Perfil do Fisioterapeuta

A fisioterapia tornou-se uma profissão regulamentada em outubro de 1969, através do Decreto-lei nº 938, sendo que, em dezembro de 1982, sofreu algumas alterações quanto a sua competência e suas atribuições, passando a ficar mais claro as funções específicas do fisioterapeuta.

O fisioterapeuta é um profissional específico da área da saúde, podendo atuar também em outras áreas como administração, educação e pesquisa científica (REBELATO; BOTOMÉ, 1987).

É um conhecedor e executor de tarefas de caráter terapêutico e reabilitador, sendo que a partir de um diagnóstico clínico e a indicação de fisioterapia, respeitando o atendimento global no esquema da saúde, avalia o paciente, planeja e estabelece as etapas do tratamento, seleciona, qualifica e quantifica os recursos, métodos e técnicas apropriadas para cada situação. Trata o paciente e reavalia sistematicamente seu próprio trabalho, durante o processo terapêutico (ABF, 1986).

Além dessas atribuições, a atuação do fisioterapeuta se estende à área preventiva e de promoção social, desenvolvendo-se em grupos multiprofissionais, trabalhos e projetos de saúde e educação para a comunidade.

Na área da educação, tem atuação como educador e leciona disciplinas de caráter básico e/ou profissional, supervisiona e orienta o educando em práticas terapêuticas de fisioterapia. Em administração, tem por encargos assessorar, planejar, administrar, coordenar, dirigir e orientar serviços de fisioterapia em instituições públicas e

colesterolemia, tabagismo, sedentarismo, obesidade, ácido úrico, diabetes, estresse, etc) ou portadores de disfunções do seu sistema cardiovascular, como por exemplo, infarto do miocárdio, insuficiência coronariana, arritmias, insuficiência cardíaca e pacientes pós-cirúrgicos, onde se destaca a revascularização coronariana.

Podem desenvolver ainda, suas atividades em Clínicas, Clubes, além de atendimento domiciliar.

Medicina Desportiva

Área que trabalha a prevenção e as seqüelas de traumas e/ou patologias decorrentes do esporte, está associada à área de Traumatologia e Ortopedia. O fisioterapeuta atua em Clínicas, Ambulatórios ou Clubes de todos os esportes.

Dermatologia

Área que engloba além da estética, todas as alterações ou doenças de pele, incluindo a hanseníase, as seqüelas de queimaduras e cicatrizes cirúrgicas. Utiliza como recursos a massoterapia, a eletroterapia e a fototerapia. Os locais de atuação são Clínicas Dermatológicas, Centros de Saúde, Hospitais e Ambulatórios.

Hospital Geral

Área onde o fisioterapeuta trabalha com os pacientes internados em ambulatórios ou Unidades de Terapia Intensiva, atuando em fisioterapia respiratória, neurologia e ortopedia e traumatologia.

Ginecologia e Obstetrícia

A área trabalha a gestante, através de técnicas específicas de alongamentos, fortalecimento e relaxamento muscular por técnicas cinesioterápicas e padrões respiratórios, visando o trabalho de parto e o pós-parto. Ainda é englobado a esta área o trabalho com pacientes que apresentam incontinência urinária e que sofreram processo cirúrgico de mastectomia parcial ou radical, objetivando reabilitar a função motora e o esquema corporal, utilizando-se de recursos eletroterápicos, massoterápicos e cinesioterápicos. O trabalho é realizado em Clínicas, Ambulatórios, Centros de Saúde e Hospitais.

Geriatría

Realiza um trabalho específico com pessoas idosas, preventivo através de grupos ou núcleos de condicionamento físico, desenvolvendo atividades físicas planejadas, controladas e regulares; ou terapêutico quando tratando de seqüelas decorrentes de patologias neurológicas, reumáticas, ortopédico-traumatológicas e cardio-respiratórias. Este trabalho pode ser desenvolvido em Clínicas, Núcleos de Terceira Idade, Centros Públicos de Treinamento Físico (prevenção), Hospitais, Asilos ou Casas de Assistência, além de atendimento domiciliar.

Solução Semi-Analítica por meio da injeção de polímeros

Semi-Analytical solution by polymer's injection

José Roberto Nogueira

Doutor em Matemática Aplicada,

Unicamp (Campinas)

Professor na FCT/UNESP -

Campus de Presidente Prudente e FAI

Resumo

Neste trabalho apresentamos o método semi-analítico para o cálculo da solução de um sistema de leis de conservação, usado na simulação da recuperação de óleo por meio da injeção de polímeros. Por razões econômicas bancos d'água com polímeros são injetados durante o processo de recuperação. Portanto as condições de fronteira são dadas por funções do 'step'. A não linearidade das curvas de fluxo fracionário e as condições de fronteira são responsáveis pelas discontinuidades que surgem na solução do sistema. Dissipações numéricas para discretizações usuais aparecem na aproximação numérica da solução. Usamos composições da solução do problema de Riemann propostas em Johansen (541-566) e o cálculo das curvas de discontinuidades da solução global do sistema de leis de conservação com condições iniciais e de fronteira. Um programa computacional foi desenvolvido para o cálculo de alguns passos necessários, como as interseções das curvas, pontos tangentes, etc. Apresentamos uma aplicação do método analisando a influência da adsorção do polímero pelo meio através do histórico da produção. Este método rápido pode ser usado para pequenos bancos, concentrações de polímero e outros aspectos do processo da injeção de polímeros.

Palavras-chave

problema de Riemann - leis de conservação - recuperação de óleo - semi-analítico

Abstract

In this paper we present a semi-analytical method to compute solution for a conservation laws system used in the simulation by polymer injection in enhanced oil recovery. For economic reasons slugs of polymer-water are injected in the recovery process. Therefore, the boundary conditions are step functions. Non-linearity of practical fractional flow curves and these boundary conditions are responsible for several discontinuities in the solution of the system. Numerical dissipation of usual discretizations smears numerical approximation for the solution. We use compositions of the Riemann problem solutions proposed in [9], and discontinuity curves crossing points to

$$\phi \frac{\partial}{\partial t} (sc + a(c)) + \frac{\partial}{\partial x} (c u_w) = 0 \quad (3)$$

As the usual applications of fractional flow theory [13], the Darcy's laws and total velocity are combined in the definition of the water fractional flow function. In the polymer-flooding case, the water viscosity is increased, then the fractional flow is a function of the water saturation and polymer concentration:

$$f(s, c) = \frac{k_{rw}(s)}{k_{rw}(s) + \frac{\mu_w(c)}{\mu_o} k_{ro}(s)} \quad (4)$$

where k_{rw} (k_{ro}) is the water (oil) relative permeability and μ_w (μ_o) is the water (oil) viscosity.

$$x' = \frac{x}{L} \quad \text{and} \quad t' = \frac{(u_o + u_w) t}{\phi L}$$

If L denotes the length of the medium, the usual dimensionless variables are:

and we drop the prime in the dimensionless variables.

Therefore, using the fractional flow theory and dimensionless variables we obtain the final equations, which are,

$$\frac{\partial s}{\partial t} + \frac{\partial f(s, c)}{\partial x} = 0 \quad (5)$$

$$\frac{\partial (sc + a(c))}{\partial t} + \frac{\partial (c f(s, c))}{\partial x} = 0. \quad (6)$$

Economic feasibility can be estimated using this model and calculation procedures to decide how polymer can be used, selecting the polymer type. This theory includes arbitrary initial and injected conditions, limited solvent solubility in aqueous phase. These effects will lead to insights concerning polymer slug sizing and optimal injected water-polymer ratios.

The description of the polymer adsorption is given by a Langmuir-type isotherm [11], a concave increasing function:

$$a(c) = \frac{a_1(c)}{1 + a_2(c)}. \quad (7)$$

where c and $a(c)$ are the species concentration in the aqueous and on the rock phases. In this equation, a_2 controls the curvature of the isotherm and the ratio $\frac{a_1}{a_2}$ determines the plateau value for adsorption. A common way to report polymer retention is the polymer solution volume and pore volume ratio.

In this paper we will use the Riemann solutions for the system (5)-(6) to design an algorithm for polymer displacements. We could classify this algorithm as a front-tracking method. However, in the smooth regions – outside neighborhoods of the fronts – the continuous solution is computed by the characteristics method. Otherwise, the discontinuity curves are computed, step by step, according to a new Riemann problem. The left and right states of this Riemann problem are defined by the interactions between discontinuity curves themselves or between them and the characteristics transporting different values for water-polymer mixture saturation and polymer concentration.

We stress the difference from the front tracking method used in [5] and [6], where numerical approximations are used to calculate the smooth part of the solution. Using our procedure the computer time will be significantly smaller.

Some ideas of the proposed method were used in graphical procedures in [1],[2] and [14]. Besides the limitations of graphical procedure, they do not use the Riemann problem solution to justify their procedure.

For $t < T$ the solution can be calculated by the Buckley-Leverett theory for oil displacement by the water flood process. The spreading waves are defined by constant values along the characteristics, the self-similar solutions. The shocks velocities are calculated using the Rankine-Hugoniot and entropy conditions. The initial condition gives a region of constant water saturation.

The solution of Riemann problem for polymer flooding system was first presented by Isaacson [8]. He studied the particular case where the adsorption can be neglected, $a(c) = 0$. In this case, depending on the left and right state, there are six possibilities for the solution. Each one of these possibilities is a finite number composition of smooth solution (or spreading waves), discontinuous solutions (or shock waves) and constant states. The Lax entropy inequalities were used to distinguish the physically meaningful solution.

In [9] Johansen and Winther generalize the Isaacson study, solving the adsorption case where $a(c)$ is not a zero function. They derived entropy conditions from travelling waves analysis to formulate the general Riemann solutions in terms of rarefaction and shock waves. With these arguments they show that there are fourteen different solutions, depending on left and right states.

$$\frac{\partial u}{\partial t} + A(u) \frac{\partial u}{\partial x} = 0$$

The nonlinear system of conservation laws, (5)-(6) can be written in the quasi-linear form:

where $u = (s, t)$ is the state vector and $A(s,t)$ is the Jacobian matrix

$$A(s,t) = \begin{bmatrix} \frac{\partial f(s,c)}{\partial s} & \frac{\partial f(s,c)}{\partial c} \\ 0 & \frac{f(s,c)}{s+h(c)} \end{bmatrix}$$

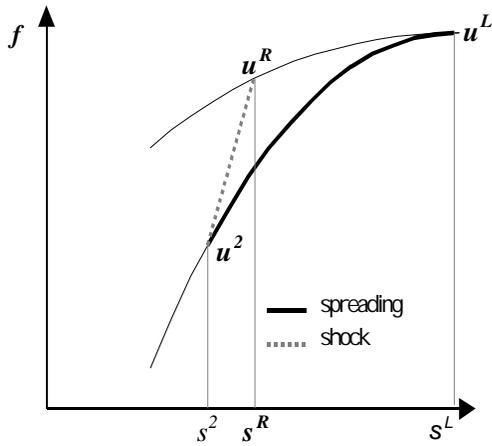


Figure 2

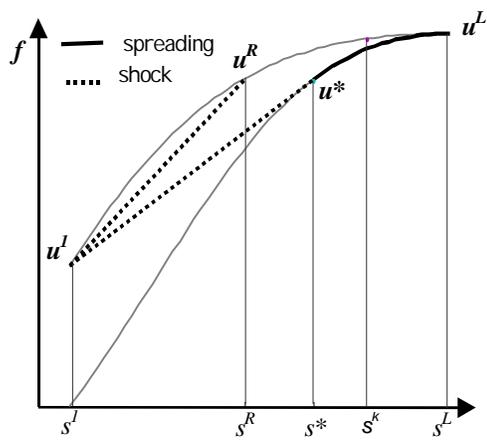


Figure 3

Let $u^* = (s^*, c^L)$ (cf. Figure 1) be the unique saturation, on the polymer-oil fractional curve, such that

$$f_s(s^*, c^L) = \frac{f(s^*, c^L)}{s^* + h_L(c^R)}$$

We see that s^* is at the tangent to the polymer-oil fractional flow curve of a straight line passing through the point $(-h_L(c^R), 0)$, as it is shown in Figure 1.

As shown in Figure 1, the u^* -tangent intersect the water-oil fractional curve, $f(s, 0)$, in two points, the states $u^K = (s^K, 0)$ and $u^I = (s^I, 0)$. The inequality in (9) has a unique solution if and only if $s^R \leq s^K$. Otherwise, if $s^R > s^K$ the composition is also given in Lemma 7.1 [9]:

$$u^L \xrightarrow{s} u^* \xrightarrow{c} u^I \xrightarrow{s} u^R$$

According to Figure 3, this composition uses a spreading wave along $f(s, c^L)$, a shock, in saturation and concentration, from u^* to u^I and another Buckley-Leverett solution along $f(s, 0)$.

In these constructions use s^R from the spreading wave of the water slug; these are continuously decaying water saturation values. Therefore, the solution during the polymer flooding is the composition (8), if $s^R \leq s^K$ or composition (10), if $s^R > s^K$.

To obtain the water saturation profile $s(x)$ at a given time we use the time – distance diagram drawn in Figure 4. Streaked areas on this diagram represent spreading waves: the lower area is the Buckley Leverett spreading wave and the upper area are spreading waves from the solution presented in Figure 2.

Taking the water saturation at $x_D = 1$ we can compute the effluent history, the fractional flux at the effluent end, presented in Figure 6. The effluent history provides a means for calculating cumulative oil recovery from the area under the curve:

$$N(t_D) = \int_0^1 (1 - f_w |_{x_D = 1}) dt$$

where N is the cumulative oil recovered expressed as a fraction of the medium pore volume. The cumulative oil recovered are presented in Figure 7.

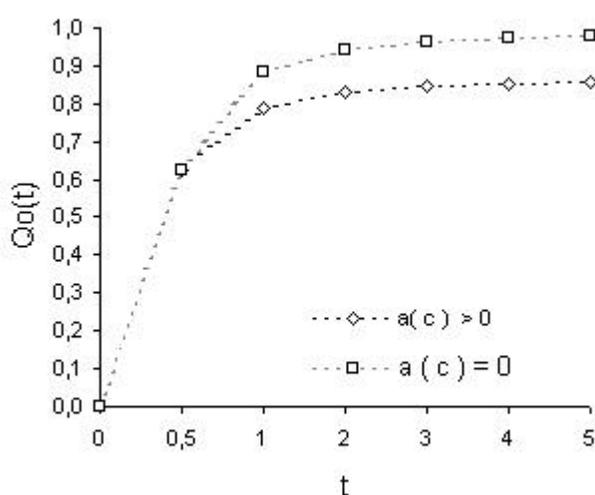


Figure 7

Final Remarks

In this paper we presented a semi-analytical method designed for a oil recovery process in which the water flooding is followed by a continuous polymer-water mixture injection. We also designed a code to compute the features of this recovery process.

We used convenient numerical methods in the following steps:

To find tangent lines, emanating from arbitrary points, to the fractional flow curves; for instance to find s^* in Figure 1.

To find points where straight lines emanating from given points intersect the fractional flow curves, for instance to find s_2 in Figure 2 and s_7 in Figure 1.

To obtain the discontinuity curves plotted in Figure 4. Here a discretization in the spreading waves are used to compute the piecewise approximation for the discontinuity curves. Except for these approximations the method gives the analytical solution.

Modelagem matemática para correção da acidez do solo por aveia-preta (*avena strigosa*)

Mathematical modeling for soil acidity correction through (avena strigosa)

Carlos Yoshio Tomita

Aluno do curso de Especialização em
Métodos Quantitativos Aplicados na FAI

Luiz Roberto Almeida Gabriel

Livre Docente, FCT/UNESP – Presidente
Prudente (orientador)
Professor na FAI

Resumo

Foi avaliado, em Londrina (PR), o efeito de vinte espécies de plantas para adubação verde e resíduos de culturas no pH e Al do solo. Os materiais vegetais aumentaram o pH do solo e diminuíram os teores de Al extraído com as soluções de KCl e CuCl₂. O máximo valor de pH ocorreu aos 10-20 dias de incubação, diminuiu gradativamente estabilizando-se aos 120 dias em nível superior ao da testemunha. Os resíduos de leguminosas causaram os maiores acréscimos de pH. A redução do teor de Al foi associada com o aumento do pH e complexação orgânica. O sistema de EDO que rege o modelo para correção da acidez do solo através de aveia-preta no período compreendido entre 0-120 dias é dado por:

$$\frac{d(pH_{ap}(t))}{dt} = k pH_{ap}(t), \text{ onde } K \text{ é uma constante para } \leq t \leq 120 \text{ dias}$$

Palavras-chave

modelagem matemática - adubação verde - matéria orgânica – pH

Abstract

The effect of two crop residues and twenty plant species utilized as green manure on soil pH and Al was studied in Londrina, State of Paraná, Brazil. All plant materials increased soil pH and decreased KCl-Al and CuCl₂-Al

Um problema real não pode ser representado de maneira exata, em toda sua complexidade, por uma equação matemática ou um sistema de equações. No entanto, se trabalharmos com as variáveis essenciais do fenômeno observado, o modelo matemático que simula tal fenômeno poderá levar as soluções bastante próximas daquelas observadas na realidade. É muito frequente, em se tratando de modelar um fenômeno ou um experimento qualquer, obtermos equações que envolvam as “variações” das quantidades (variáveis) presentes e consideradas essenciais. Desta forma, as leis que regem tal fenômeno são traduzidas por equações de variações.

Quando estas variações são instantâneas, o fenômeno se desenvolve continuamente e as equações matemáticas são denominadas equações diferenciais, ao passo que se as variáveis forem discretizadas, isto é, funções de uma rede de pontos, em que temos as médias das variações, então as equações que descrevem o fenômeno serão denominadas equações das diferenças (BASSANEZI; JÚNIOR, Ferreira, 1988).

O objetivo do presente trabalho foi o de obter um modelo matemático para o comportamento do pH do solo depois da aplicação do material vegetal obtido a partir da aveia-preta.

Material e Métodos

Material vegetal - Utilizaram-se as seguintes espécies de plantas: aveia-preta (*Avena strigosa*), azevém (*Lolium multiflorum*), colza (*Brassica napus*), centeio (*Secale cereale*), chícharo (*Lathyrus sativus*), capim-colonião (*Panicum maximum*), crotalária (*Crotalaria mucronata*), ervilhaça-comum (*Vicia sativa*), espérgula (*Spergula arvensis*), girassol (*Helianthus annuus*), tremoço-branco (*Lupinus albus*), palha de milho (*Zea mays*), palha de trigo (*Triticum aestivum*), serradela (*Ornithopus sativus*), nabo-forrageiro (*Raphanus sativus*), mucuna-preta (*Stizolobium aterrimum*), mucuna-anã (*Stizolobium deeringianum*), guandu (*Cajanus caian*), feijão-de-porco (*Canavalia ensiformis*) e feijão-bravo-do-ceará (*Canavalia brasiliensis*). Acrescentaram-se dois tratamentos: casca de café e serragem de pínus.

As plantas foram coletadas em áreas experimentais do Instituto Agronômico do Paraná (IAPAR), após ciclo completo, retirando-se uma amostra do material vegetal produzido em 1 m² na parte central de cada parcela, e transferindo-as para o laboratório, onde foram secas em estufa a 65°C por 48 horas, moídas e passadas em peneira de 1,0 mm. Subamostras foram utilizadas para análise química (Quadro 1), sendo o delineamento experimental de campo em blocos ao acaso com três repetições.

Soluções de trabalho: prepararam-se soluções de HCl e NaOH nas seguintes concentrações 0,001; 0,005; 0,010; 0,020; 0,040; 0,060; 0,080; 0,100 e 0,120N.

Solo: coletaram-se amostras compostas formadas por cinco amostras simples da camada superficial (0-20 cm) de um latossolo roxo distrófico (LRd), um latossolo roxo álico (LRa) e um cambissolo álico (Ca). No laboratório, as amostras foram secas ao ar, moídas e passadas em peneira de 2 mm, sendo as subamostras utilizadas para análise química (Quadro 2).

Resultados e Discussão

Análise geométrica e diferencial do crescimento de aveia preta. Resultados práticos

Quadro 3 - pH do solo sob efeito da aveia-preta em função do tempo

Dias	pH
0	4,7
10	4,9
20	4,8
30	4,7
40	4,6
50	4,4
60	4,4
120	4,5

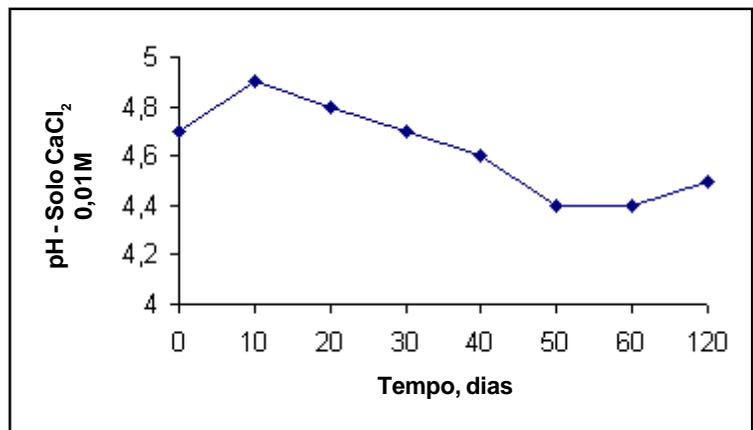


Figura 3: Efeito da aveia-preta em função do tempo

Modelagem matemática do pH do solo resultante do efeito da aveia-preta no período de 0 a 10 dias. Neste período a taxa de variação do pH da aveia-preta é uma constante, isto é:

$$\frac{d(pH_{ap}(t))}{dt} = a \Rightarrow d(pH_{ap}(t)) = a dt \Rightarrow \int d(pH_{ap}(t)) = \int a dt \Rightarrow pH_{ap}(t) = at + b \quad (1)$$

$$\text{Para } t = 0, \text{ sabemos que } pH_{ap}(0) = 4,7 \quad (2)$$

$$\text{Para } t = 10, \text{ sabemos que } pH_{ap}(10) = 4,9 \quad (3)$$

Substituindo (2) e (3) em (1), temos:

$$4,7 = 0 a + b \Rightarrow b = 4,7$$

$$4,9 = 10 a + b \Rightarrow 4,9 = 10 a + 4,7 \Rightarrow a = 0,02$$

Portanto: $pH_{ap}(t) = 0,02t + 4,7$

Modelagem matemática do pH do solo resultante do efeito da aveia-preta no período de 10 a 30 dias. Neste período a taxa de variação do pH da aveia-preta é uma constante, isto é:

$$\frac{d(pH_{ap}(t))}{dt} = c \Rightarrow d(pH_{ap}(t)) = c dt \Rightarrow \int d(pH_{ap}(t)) = \int c dt \Rightarrow pH_{ap}(t) = ct + b \quad (4)$$

cerca de 4,3%. Essa variação pode ser percebida através das soluções que representam o modelo matemático, onde a equação relativa a esse período representa uma reta.

Embora os efeitos sejam de curta duração, o material vegetal obtido da aveia-preta pode constituir importante melhorador da fertilidade dos solos ácidos, pelo menos na fase inicial da próxima cultura utilizada no sistema de rotação.

Referências

ASGHAR, M.; KANEHIRO, Y. **Effects of sugar-cane trash and pineapple residue on soil pH, redox potential, extractable Al, Fe and Mn.** Trop. Agric., Trinidad, 57(3):245-258, 1980.

BASSANEZI, R. C.; FERREIRA JÚNIOR, W. C. **Equações diferenciais com aplicações.** São Paulo: Ed. Harbra, 1988, 588 p.

BRONSON, R. **Moderna introdução às equações diferenciais**, tradução: FARIAS, A.A, São Paulo: McGraw-Hill do Brasil Ltda. 1977, 313 p.

BROWN B. A. et al. **Soil reactions at various depths as influenced by time since application and amounts of limestone.** Soil Sci. Soc. Am. Proc., 20:518-522, 1956.

CHAVES, J. C. D.; PAVAN, M.A.; MIYAZAWA, M. **Redução da acidez subsuperficial em coluna de solo.** Pesquisa Agropecuária Brasileira, 23:(5) 469-476, 1988.

FRANCHINI, J. C. et al. **Alterações químicas em solos ácidos após a aplicação de resíduos vegetais.** R. Bras. Ci. Solo, 23:533-542, 1999.

HOYT, P. B.; TURNER, R. C. **Effect of organic materials added to very acid soils on pH, aluminum, exchangeable NH₄, and crop yields.** Soil Sci., Baltimore, 119:227-237, 1975.

HUE, N. V. **Correcting soil acidity of a highly weathered ultisol with chicken manure and sewage sludge.** Comm. Soil Sci. Pl, Anal., New York, 23:241-264, 1992.

HUE, N. V.; AMIEN, I. **Aluminum detoxification with green manures.** Comm. Soil Sci. Pl. Anal., New York, 20:1499-1511, 1989.

HUE, N. V.; CRADDOCK, G. R.; ADAMS, F. **Effect of organic acids on aluminum toxicity in sub-soils.** Soil Sci. Soc. Am., Madison, 50:28-34, 1986.

MESSICK, D. L., ALLEY, M. M.; ZERLAZNY, L. W. **Movement of calcium and magnesium in ultisolo from dolomitic limestone.** Soil Sci. Soc. Am. J., Madison, 48:1096-1101, 1984.

MIYAZAWA, M.; PAVAN, M. A.; BLOCH, M. F. de M. **Análise química de material vegetal.** Londrina, IAPAR, 1992. 17p. (IAPAR, Circular, 74)

MIYAZAWA, M.; PAVAN, M. A.; CALEGARI, A. **Efeito de material vegetal na acidez do solo.** R. Bras. Ci. Solo, 17:411-416, 1993.

PAVAN, M. A. **Manejo da calagem em pomares estabelecidos de macieira.** Pesquisa Agropecuária Brasileira, Brasília, 27(2):271-276, 1992.

PAVAN, M. A. **Efeito do pH do solo na produção de maçã no Paraná.** Revista Brasileira de Fruticultura, Cruz das Almas, 14(2):139-144, 1992.

PAVAN, M. A.; BINGHAM, F. T.; PRATT, P. F. **Redistribution of exchangeable calcium, magnesium and alumi-**

Mapeamento de variáveis climáticas

Mapping of the climatic variables

Márcio Cardim

Doutor em Energia na Agricultura, FCA/UNESP -
Botucatu (parte da tese de doutorado)
Professor na FCT/UNESP -
Campus de Presidente Prudente e FAI

Angelo Cataneo

Livre Docente em Informática Aplicada a Agricultura,
FCA/UNESP – Botucatu (orientador)
Professor na FCA/UNESP -
Botucatu e FAI

Resumo

O presente trabalho teve como objetivo desenvolver um estudo do comportamento multivariado das principais variáveis climáticas de interesse agrícola do estado de São Paulo, mediante aplicação do método de análise de agrupamento. Utilizou-se dados de 25 variáveis climáticas compreendendo a altitude, precipitações médias mensais e temperaturas médias mensais, coletados em 117 postos meteorológicos distribuídos pelo estado de São Paulo, excluindo-se o litoral por apresentar características climáticas distintas do restante do estado.

Palavras-chave

classificação - climática - análise de agrupamento

Abstract

The purpose of this work is develop a study on the multivariied behaviour of the climatic variables average of agricultural interest in the state of São Paulo, by applying the method of grouping analysis. Data from 25 climatic variables including altitude, monthly average precipitation and monthly average temperature collected from 117 weather stations in the São Paulo State, excluding the coast.

Key words

Climatic - classification - grouping analysis

Curi (1983b) ainda destaca que a análise de agrupamento tem como objetivo transformar um conjunto de dados, a priori considerado heterogêneo, em grupos similares, utilizando na maioria dos casos a distância euclidiana como medida de similaridade.

A análise de agrupamento não exige a normalidade dos dados nem a homogeneidade de variâncias. É interessante analisar os resultados obtidos pelo agrupamento complementadas com outras técnicas, tais como análise de variância multivariada e ordenação das variáveis pela análise dos componentes principais (CURI, 1983b).

Segundo Curi (1984), não existe um critério bem definido que permita determinar o melhor número de agrupamento e o nível de similaridade que deve ser tomado para a definição dos agrupamentos.

Nery et al (1996) com o objetivo de definir períodos de intensidade de chuvas no estado do Paraná, utilizou-se de técnicas multivariadas, classificando cinco grupos homogêneos. Em cada grupo classificado, fez-se a média areal que consiste em somar todas as estações de um mesmo grupo e dividir pelo número total de estações. Esta metodologia possibilita caracterizar cada região, mostrando as diferenças de chuva nas diferentes áreas classificadas.

Aspiazú et al (1990) observaram que a análise de agrupamento tem por finalidade descobrir, mediante o cálculo de coeficientes de semelhança ou similaridade, agrupamentos entre “*m*” objetos, nos quais tenham sido feitas determinações (medições) com “*n*” variáveis ou com “*n*” componentes principais, sendo $n < n$. A semelhança entre os objetos pode ser medida por meio do coeficiente de correlação.

Segundo Nery et al (1998b), um conjunto de dados multivariado pode ser estudado por meio da análise de “cluster”, que é uma técnica de análise de dados classificatória, tendo como finalidade a formação de classes, tipos de grupos, tão similares entre si quanto seja possível.

Garcia et al (1986) aplicando análise de componentes principais e análise de agrupamento, mostram, por meio do dendograma, cinco grupos de estações meteorológicas homogêneas no Pantanal Mato-Grossense.

O dendograma é a representação gráfica da análise de agrupamento, que testa qual é o método de agrupamento que melhor classifica os dados (NERY et al, 1996).

No eixo das abscissas do dendograma, estão representados os grupos ou classes; no eixo das ordenadas, as similaridades (ou variância) entre os grupos.

Machado et al (1996) estudando duração da estação chuvosa em função das datas de início do período chuvoso por métodos de análise de agrupamentos, recomendaram épocas mais e menos propícias às atividades agrícolas para o estado de Minas Gerais. Observou que quanto maior o número de anos de registros para análise, maior é a subdivisão das classes de início do período chuvoso.

Nery et al (1998a) usando métodos multivariados de agrupamento caracterizaram a temperatura do estado do Paraná, determinando por meio do dendograma cinco grupos homogêneos de temperatura mínima para o estado. Constataram que o gradiente de temperatura diminui no sentido sudeste a noroeste.

Zullo (1992) por meio de métodos de agrupamentos, destaca diferentes informações de um conjunto de dados pluviométricos.

das ordenadas representa os níveis de similaridade. Na base do dendograma, os 117 postos estão com total desagregação. Aumentando-se os níveis de similaridades, os postos com características climáticas comuns começam a se agrupar, até atingir o nível máximo de similaridade, onde todos os postos ficam representados por apenas um grupo. Quanto maior o nível de similaridade, menos grupos são formados, mas eles passam a conter maior número de postos.

A classificação climática foi realizada tomando o nível de similaridade que deu origem à formação de seis grupos. Na base do dendograma, encontra-se o número de cada posto.

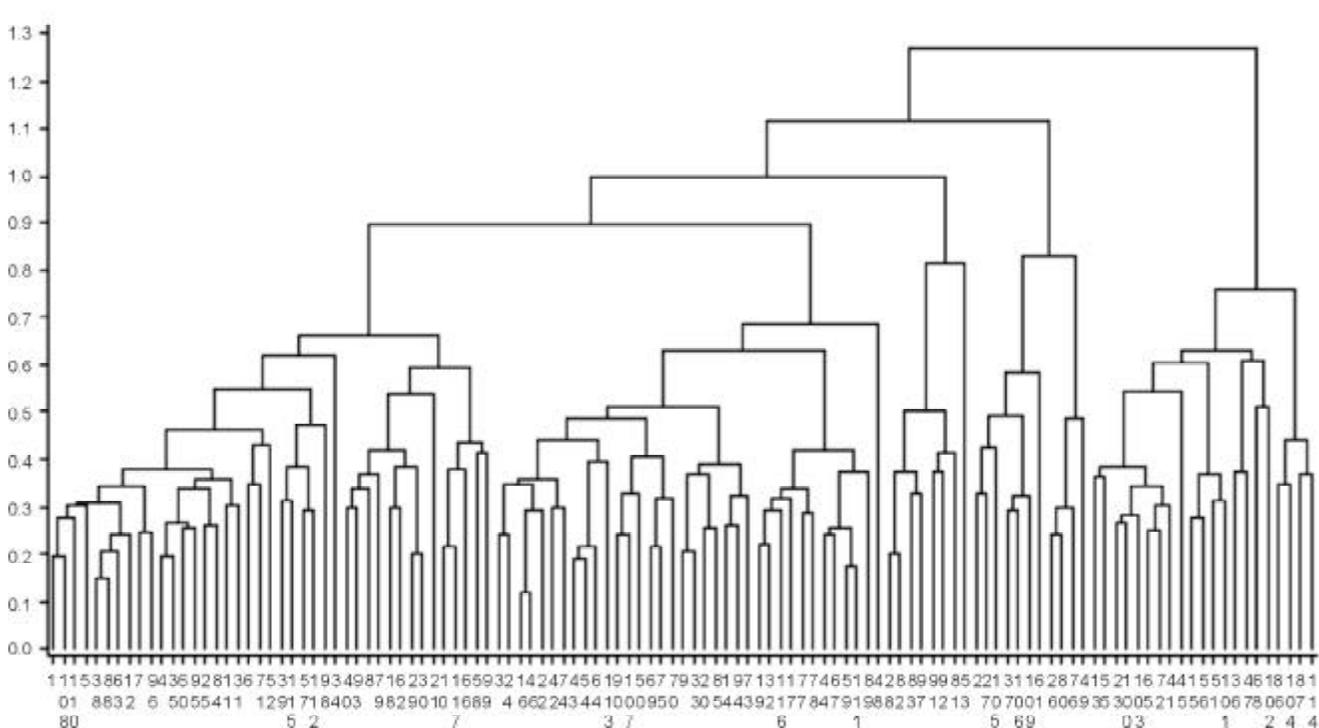


Figura 2. Dendograma resultante da análise de agrupamento sobre os dados padronizados dos 117 postos meteorológicos, utilizando-se a distância euclidiana como coeficiente de similaridade.

Os seis grupos formados foram indicados pelas letras de A a F, sendo eles:

- Grupo A: formado pelos postos 1, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 18, 21, 25, 29, 30, 31, 34, 35, 38, 39, 40, 52, 57, 58, 60, 62, 63, 66, 71, 79, 84, 88, 93, 95, 96, 98, 99, 108, 110, 112, 115, 117, respectivamente Aguaí, Americana, Américo Brasiliense, Amparo, Analândia, Anhembi, Araçoiaba da Serra, Araraquara, Araras, Bauru, Boituva, Brotas, Cerquillo, Cesário Lange, Charqueada, Corumbataí, Cosmópolis, Descalvado, Dois Córregos, Duartina, Itapira, Itirapina, Itu, Jaguariuna, Laranjal Paulista, Leme, Marília, Mogi Mirim, Oriente, Pedreira, Pirassununga, Quintana, Ribeirão Bonito, Rio Claro, São Carlos, São Manoel, Santa Cruz das Palmeiras, Santa Rosa do Viterbo, Torrinha, Vinhedo e Votorantim;
- Grupo B: formado pelos postos 13, 15, 23, 36, 41, 45, 47, 51, 55, 56, 65, 68, 72, 86, 87, 100, 101, 102, 103, 104, 114, respectivamente Atibaia, Avaré, Botucatu, Cotia, Franco da Rocha, Guarulhos, Ibiúna, Itapetininga, Itatiba, Itatinga, Mairiporã, Mauá, Morungaba, Pinhal, Pinhalzinho, São Paulo, Sarutaia, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Serra Negra e Vargem;
- Grupo C: formado pelos postos 2, 27, 37, 61, 105, 106, 109, respectivamente Altinópolis, Caconde, Cravinhos, Jeriquara, São João da Boa Vista, São José do Rio Pardo e Santa Rita do Passa Quatro;
- Grupo D: formado pelos postos 28, 53, 81, 82, 83, 91, 92, 97, respectivamente Cândido Mota, Itaporanga, Oswaldo Cruz, Ourinhos, Paraguaçu Paulista, Presidente Prudente, Presidente Venceslau e Salto Grande;

Comparando o mapa da figura 4 com o mapa climático segundo Köppen, nota-se que a classificação climática de Köppen pode ser subdividida em áreas menores com características climáticas distintas, oferecendo uma maior discriminação dos grupos climáticos.

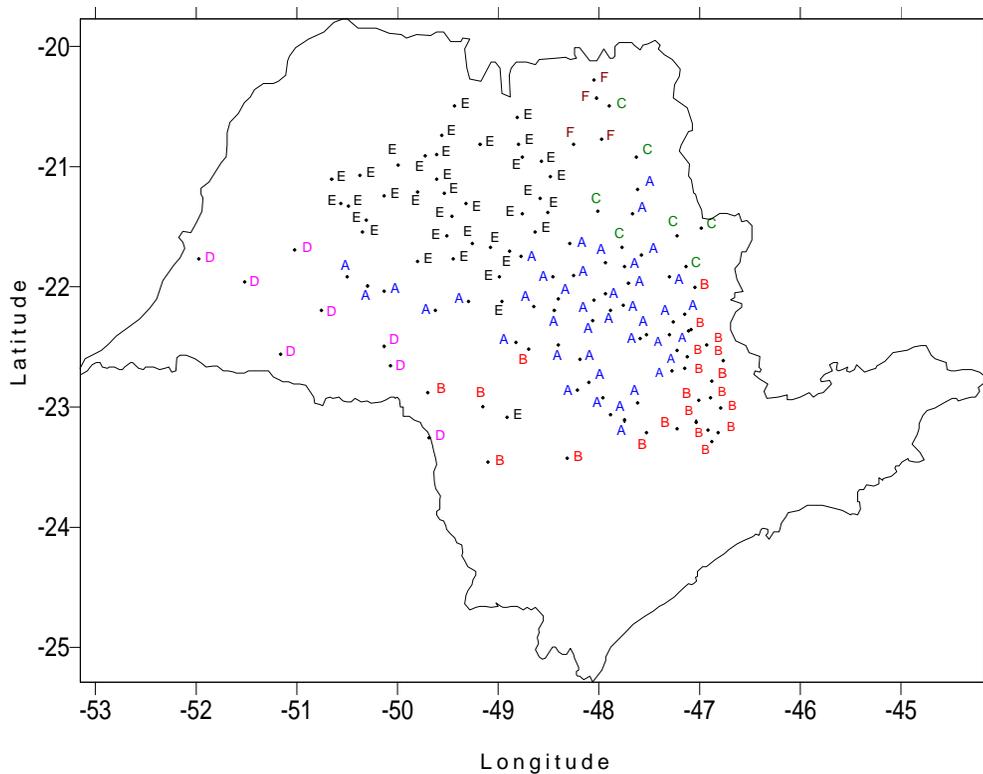


Figura 4. Localização geográfica dos seis grupos homogêneos formados no estado de São Paulo, indicados pelas letras de A a F.

O quadro 1 contém médias, desvios padrões e coeficientes de variação referente aos seis grupos formados, para as variáveis altitude e precipitações, para os dados originais.

Em relação à precipitação, as maiores diferenças entre a máxima e a mínima médias mensais ocorrem entre os grupos D e F nos meses de janeiro (CH01), de 189 mm a 304,3 mm; fevereiro (CH02), de 178,8 mm a 248,5 mm; março (CH03), de 124,1 mm a 193 mm; novembro (CH11), de 116,3 mm a 194,5 mm e dezembro (CH12) de 153,5 mm a 250,6 mm. Observa-se que esses dois grupos estão distantes um do outro, o grupo D a oeste e o grupo F ao norte do estado. Os meses citados são os mais chuvosos para o estado de São Paulo. Essas variações ocorrem do valor mínimo no grupo D, composto de 8 postos ao valor máximo no grupo F, composto de quatro postos.

Quadro 1. Média, desvio padrão e coeficiente de variação da altitude e precipitações por grupos de postos formados. As três últimas linhas correspondem aos valores mínimo, máximo e diferença (entre máximo e mínimo) das médias dos grupos.

Quadro 2. Média, desvio padrão e coeficiente de variação das temperaturas por grupos de postos formados. As três últimas linhas correspondem aos valores mínimo, máximo e diferença (entre máximo e mínimo) das médias dos grupos.

Grupo	N	TE01	TE02	TE03	TE04	TE05	TE06	TE07	TE08	TE09	TE10	TE11	TE12
A	41	24.1 0.4 1.8	24.3 0.4 1.9	23.7 0.5 2.1	21.5 0.5 2.3	19.2 0.4 2.2	18.0 0.4 2.4	17.9 0.6 3.2	19.6 0.6 3.1	21.1 0.6 2.7	22.2 0.5 2.2	22.9 0.4 1.9	23.4 0.4 1.8
B	21	22.8 0.4 1.8	23.0 0.4 1.9	22.4 0.4 1.8	20.1 0.4 1.9	17.8 0.4 2.0	16.2 0.8 4.7	16.2 0.3 2.2	17.8 0.4 2.2	19.3 0.4 2.0	20.4 0.4 1.8	21.3 0.5 2.1	22.0 0.4 1.7
C	7	23.2 0.4 1.7	23.3 0.4 1.9	22.8 0.4 1.8	21.0 0.3 1.6	18.8 0.3 1.8	17.7 0.4 2.0	17.6 0.3 1.9	19.4 0.4 2.0	21.2 0.4 2.1	22.0 0.4 1.8	22.3 0.4 1.6	22.7 0.4 1.6
D	8	25.2 0.4 1.5	25.4 0.4 1.5	24.8 0.4 1.8	22.6 0.5 2.4	20.3 0.6 2.8	19.0 0.7 3.5	18.8 0.7 3.5	20.7 0.8 3.8	22.1 0.8 3.7	23.2 0.8 3.3	23.9 0.6 2.4	24.5 0.5 2.0
E	36	25.3 0.4 1.7	25.4 0.4 1.7	25.0 0.4 1.8	23.1 0.4 1.9	20.9 0.5 2.2	19.7 0.5 2.5	19.6 0.5 2.5	21.6 0.6 2.6	23.2 0.6 2.6	24.1 0.5 2.3	24.5 0.5 1.9	24.8 0.4 1.8
F	4	24.4 0.4 1.8	24.5 0.4 1.7	24.2 0.4 1.7	22.5 0.4 2.0	20.4 0.5 2.2	19.3 0.5 2.4	19.3 0.5 2.7	21.4 0.6 2.7	23.1 0.6 2.6	23.9 0.5 2.3	23.9 0.5 2.1	24.1 0.4 1.8
Mín.		22.8	23.0	22.4	20.1	17.8	16.2	16.2	17.8	19.3	20.4	21.3	22.0
Máx.		25.3	25.4	25.0	23.1	20.9	19.7	19.6	21.6	23.2	24.1	24.5	24.8
Dif.		2.4	2.4	2.6	3.0	3.1	3.5	3.4	3.9	4.0	3.7	3.2	2.9

Na verdade, absolutamente, as médias de temperaturas são menores e levam a pensar que pequenas diferenças sejam desprezíveis. Isso não é verdade, 1 grau de variação na temperatura pode ter grande influência em várias culturas.

Os coeficientes de variação para as temperaturas, como era de se esperar, foram mais baixos do que para as precipitações.

A classificação climática obtida na figura 4, para o estado de São Paulo, abrange seis grupos homogêneos, correspondendo a seis tipos climáticos distintos. Desta classificação pode-se apontar algumas semelhanças com a classificação proposta por Köppen. O grupo A, localizado na parte central do Planalto, coincide com o tipo Cwa. O grupo B tem coincidência parcial com os tipos Cfb e Cwa, tendo postos localizados em ambos os tipos. O grupo C também coincide com o tipo Cwa. O grupo D abrange as classificações Cwa, Cfa e Aw. O grupo E tem localização parcial entre os tipos Cwa e Aw. Finalmente o grupo F faz parte da classificação Aw.

O baixo número de postos meteorológicos com grandes áreas descobertas dificulta uma classificação climática mais precisa.

CURI, P. R. **Análise de agrupamento complementada com ordenação pelos componentes principais e análise de variância multivariada. Um exemplo biológico.** Ciência e Cultura, v.37, n.6, p.879-888, 1984.

DYER, T. G. J. **The assignment of rainfall stations into homogeneous groups: an application of principal component analysis.** Quarterly Journal Royal Meteorology Society, v.101, n.430, p.1005-1013, 1975.

NERY, J. T.; VARGAS, W. M.; MARTINS, M. L. O. F. **Caracterização da precipitação no estado do Paraná.** Revista Brasileira de Agrometeorologia, v. 4, n. 2, p. 81-89, 1996.

CURI, P. R. **A Similaridade na análise de agrupamentos: coeficientes de correlação e de distância.** Ciência e Cultura, v.35, n.11, p.1678-1685, 1983a.

CURI, P. R. **Análise de agrupamento: métodos seqüenciais, aglomerativos e hierárquicos.** Ciência e Cultura, v.35, n.10, p.1416-1429, 1983b.

ASPIAZÚ, C. et al. **Análise dos componentes principais aplicada na classificação climática do estado de Minas Gerais. Teste Metodológico.** Revista Árvore, v. 14, n. 1, p. 1-15, 1990.

NERY, J. T.; BALDO, M. C.; MARTINS, M. L. O. F. **Variabilidade da temperatura mínima no estado do Paraná.** Revista Brasileira de Agrometeorologia, v. 6, n. 2, p. 207-212, 1998a.

NERY, J.T. et al. **Caracterização das precipitações pluviométricas mensais para os estados de Alagoas, Pernambuco e Sergipe.** Acta Scientiarum, v. 20, n. 4, p. 515-522, 1998b.

GARCIA, E. A. C.; CASTRO, L. H. R. **Análise da freqüência de chuva no pantanal Matogrossense.** Pesquisa Agropecuária Brasileira, Brasília, v. 21, n. 9, p. 909-925, 1986.

MACHADO, M. A. M. et al. **Duração da estação chuvosa em função das datas de início do período chuvoso para o estado de Minas Gerais.** Revista Brasileira de Agrometeorologia, v. 4, n. 2, p. 73-79, 1996.

ZULLO, S. A. **Aplicação das técnicas de componentes principais e agrupamentos em pluviometria: análise do nordeste paraense e estado de São Paulo.** Universidade Estadual de Campinas, 1992. 101 p. (Dissertação Mestrado) IMECC-UNICAMP.

SAS INSTITUTE INC. SAS/STAT. **Guide for Personal Computers**, Version 6 Edition, Cary, NC: SAS Institute Inc. 1987. 1028 p.

de vida. Desde o início da vida na Terra, a busca pelo conhecimento e pela inovação foi pautada pelo domínio da tecnologia, como ocorrera com advento do fogo, por volta de 600.000 a.C. Este constituiu o maior avanço técnico e cultural antes do surgimento da agricultura e da pecuária. Fonte de luz e calor, a energia gerada pelo fogo permitiu a vida em regiões anteriormente inabitáveis, assim como a caça e a preparação de alimentos.

A capacidade humana de organizar criativamente pensamentos em prol do bem-estar, ganhando longevidade, levou à produção de peças para defesa, para caça e para trabalho: o próprio senso de criação. Foram utilizadas pedras lascadas e polidas, assim como utensílios metálicos para a confecção dos primeiros utensílios que auxiliam o ser humano em sua escala evolutiva. Dos minérios à fundição de metais ferrosos e não ferrosos, ao mesmo tempo em que se devastavam florestas para fornecimento de carvão para a metalurgia, começa, em algum ponto entre 6.000 e 7.000 a.C., a odisséia humana de exploração e recursos naturais e a própria conversão destes recursos pela tecnologia (ROBERTS, 2001).

Dos primórdios da vida civilizada na Terra, passando pelas grandes navegações como um período de ampliação das fronteiras econômicas e pela roda d'água como meio de geração de energia medieval, chega-se à Revolução Industrial, no século 19, tendo como base os movimentos do Renascimento e o do Iluminismo. O chamado "século da ciência", pelo desenvolvimento da biologia e da medicina, foi palco das pesquisas de Darwin sobre a teoria da seleção natural. Outros avanços também aconteceram, como inovações no campo engenharia, da química, da física e da psicologia. Foi justamente este cenário dinâmico que marcou o início do século 20, um ambiente multifacetado cultural e cientificamente, e sob a turbulência da Primeira Guerra Mundial. No Brasil, os ventos da mudança vieram embalados pela realização da Semana de Arte Moderna, em 1922 (MAIOR, 1971).

A crescente industrialização e os avanços da tecnologia da informação no século 20 foram, em grande parte, responsáveis por um estilo de vida um tanto voraz por parte do ser humano. Estima-se que se toda a humanidade tivesse o mesmo padrão de consumo dos EUA, seriam necessárias três planetas iguais a Terra para suportar tal impacto ambiental (HART, 1997). No Brasil, êxodo rural e o conseqüente inchaço das regiões metropolitanas levam a um cenário de degradação social, o que inclui danos ao meio ambiente e à qualidade de vida, mesmo em cidades premiadas como Curitiba e Florianópolis.

Os avanços da comunicação, simultaneamente massificada e personalizada, impulsionaram a transição da economia de escala para a uma economia mais fragmentada, fundada no atendimento às demandas individuais. O *e-capital* nasce como o conjunto de conhecimentos técnicos e organizacionais que atualmente equipara-se em valor aos ativos tangíveis das empresas (WOLF, 2001). Do homem industrial, aos moldes de Taylor e Ford, ao surgimento de um novo ser, mais contingencial e embalado pela sociedade do conhecimento no século 21: uma combinação titânica de velocidade e de integração (TEIXEIRA FILHO 2000).

O desafio de abordagem do design como campo de pesquisa científica e de trabalho nas empresas, diante da trajetória humana, está na obtenção de uma visão abrangente sobre o processo de criação humana, o projeto do produto. O processo de projeto do produto, como ciência e arte, ocorre a partir do delineamento gerado pela adequada elaboração dos requisitos de produto. Este conjunto de diretrizes orienta a tomada de decisão da equipe de projetos, ao mesmo tempo em que constitui um documento que formaliza a gestão empresarial durante as fases iniciais de criação do produto. A gestão de projetos tendo como base os requisitos do produto visa compatibilizar desenvolvimento tecnológico e ciclo de vida do produto no mercado.

Os requisitos surgem como elementos que compatibilizam a gestão da tecnologia e o próprio ciclo de vida mercadológico do produto (BAXTER, 1998). Design como expressão do equilíbrio decisório entre função, forma, material, meios ou processo é o desafio criativo que se apresenta à sociedade (ASHBY, 1992). Tal abordagem holística tem como núcleo o cliente final, o consumidor como usuário do produto.

mental. À medida que a metodologia do processo do projeto do produto organiza a tomada de decisão do designer, liberta-o para o pensamento criativo. Em síntese, a adequação do produto aos sentidos humanos do tato, do olfato, do paladar, da visão e da audição é o caminho para a criação de valor ao consumidor. Tal processo passa pela consideração do ser humano nas dimensões cognitiva, emocional e comportamental (SCHMIDT, 1993).

Na Ford, o Focus foi projetado segundo padrões atualizados de segurança e ergonomia. Ganhador do prêmio “obra-prima em ergonomia” na Inglaterra por seu conceito geral, com destaque aos detalhes como a distribuição de comandos pela frequência de uso, ou por tornar os botões do rádio maiores, revestindo-os com borrachas que facilitam a identificação pelo tato. Quanto à segurança, a carroceria foi projetada para ser uma célula de sobrevivência, com deformação controlada. Complementarmente, barras, vigas e assoalhos atuam conjuntamente neutralizando ao máximo os danos ao ser humano. Já na Daimler-Chrysler, o ecodesign ocorre pela utilização de matérias primas naturais como fibra de coco e látex, no lugar de poliuretano, para o enchimento de bancos e encostos. Tecnologias limpas apontam novas soluções para evitar que os resíduos afetem a qualidade do solo, da água e do ar, como a estratégia de design adotada pela Nike ao investir em cola à base de água. Na Mercedes, a utilização de tinta hidrossolúvel é a solução para a conservação do meio ambiente. Iniciativas ecológicas necessárias à medida que apenas 1% da água disponível na Terra é doce para uma população de mais de seis bilhões de pessoas (IDEC, 2000). Noutra iniciativa, refletindo a noção do tempo como dinheiro, o fator integração, produtos dois em um, chega ao design de produtos para escritório, para o lar e para o lazer. São bolsas-relógio, eletrodomésticos multifuncionais e versões culturais como marcador de livros com lupa. Ergonomia, segurança, psicologia e ecologia são instrumentos do cotidiano do designer.

Conhecedor do ser humano, o designer deve conhecer o estilo de vida do usuário e qual o tipo de experiência em relação ao produto. Projetar junto com e para as pessoas significa observar determinados contextos de interface entre o ser humano e o ambiente, visualizando oportunidades e aproveitando-as criativa e eficazmente em abordagens muito ou pouco originais (BONSIEPE, 1997). A P&G, impulsionada pela intensa concorrência japonesa no mercado de fraldas, investe em pesquisas para a identificação dos hábitos dos bebês: como andam, como engatinham e como brincam. Tudo isto em prol de um design mais competitivo no mercado. O conhecimento mercadológico é necessário ao designer para que possa, de forma eficiente, eficaz e sustentável, gerar inovações tecnológicas e sociais, ou, simplesmente, soluções de alto valor agregado (DESCHAMPS; NAYAK, 1996). No Brasil, em decorrência às questões socioeconômicas, faz sentido direcionar o potencial criativo do design para a área social. Isto significa gerar conceitos que ampliem o acesso às novas tecnologias para toda a sociedade.

O design total tem como meio e finalidade o ser humano, não poupando desdobramentos que constituem a geração de um portfólio de produtos. Denominações são lançadas todos os dias, e nada mais significam do que o processo sistematizado de criação valor aplicado aos diferentes objetos ou mercados: design universal, design gráfico e de embalagens, webdesign, design de informação, comunicação visual, design de interface, design de moda e de vestuário, design de interiores, paisagismo, ecodesign, biodesign, gastronomia e design cultural (MEC, 1999). Em síntese, compreende-se o design como uma expressão social da integração entre áreas convergentes de conhecimento: Comportamento do Consumidor, Gestão de Projetos e Ciência & Tecnologia, como apresentado na Figura 1.

- BAXTER, M. **Projeto de Produto**. São Paulo: Edgard Blucher, 1998.
- BONSIEPE, Gui. **Design - do material ao digital**. Florianópolis: FIESC/IEL, 1997.
- DESCHAMPS, J-P.; NAYAK, P. R. **Produtos irresistíveis**. São Paulo: Makron Books, 1996.
- GIANNETI DA FONSECA, E. **Entrevista concedida ao Valor Econômico**. São Paulo, 06 set. 2001.
- HART, S. L. Strategies for a sustainable world. **Harvard Business Review**, p. 67-78, jan.-feb, 1997.
- INSTITUTO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. **Manual de Consumo Sustentável**. <http://www.idec.org.br>. 10 dez. 2000.
- MAIOR, A. S. **História geral**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Diretrizes educacionais para o ensino de graduação em Design**. Rio de Janeiro, 1999.
- ROBERTS, J. M. **O livro de ouro da história do mundo**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.
- TEIXEIRA FILHO, J. **Gerenciando conhecimento**. Rio de Janeiro: Senac, 2000.
- SCHIMIDT, I. T. **Teorias contemporâneas de motivação no trabalho**. Concurso de Livre Docência, UNESP. Assis, 1993.
- VIOTTI, E. Design de produto. **CADESIGN**, V. 5, n. 58, p. 18-24, 2000.

Apresentação

Alguns pacientes esquizofrênicos apresentam déficit de atenção seletiva que poderia estar relacionada tanto a uma dificuldade na sua focalização, por comprometimento dos processos inibitórios de estímulos irrelevantes, como a uma menor responsividade aos estímulos externos.

Este estudo procurou avaliar esta questão, verificando se a resposta de pacientes esquizofrênicos ao “Stroop Color Word Test (SCWT)”, utilizado como medida de atenção seletiva, varia em função da responsividade eletrodérmica a estímulos auditivos destes pacientes. Foram avaliados 24 esquizofrênicos, 20 pacientes com outros quadros psicóticos, todos atendidos em regime de internação integral ou semi-internação em hospital geral, e 23 voluntários sadios, pareados em relação ao sexo, idade e escolaridade.

Todos os pacientes estavam em uso de neurolépticos e seus diagnósticos foram realizados através da Entrevista Clínica Estruturada para o DSM-III-R. Os pacientes foram submetidos à sessão experimental imediatamente após a remissão do surto agudo, tendo como critério de inclusão escores menores ou iguais a “2” em todos os itens da escala BPRS (escores de 0-4 em cada item), com exceção dos itens que se referem à sintomas negativos.

Nas sessões experimentais os sujeitos foram submetidos às medidas de condutância da pele, feitas através de sistema computadorizado de registro de variáveis psicofisiológicas e, em seguida, ao SCWT.

Os três grupos de sujeitos foram divididos em eletrodérmicamente “não-responsivos” (NR), se não apresentassem resposta a quaisquer dos 10 tons neutros apresentados, e “responsivos” (R), se apresentassem pelo menos uma resposta. Observou-se que os esquizofrênicos NR (n=8), apresentaram uma porcentagem de erros no SCWT de 55,9%, significativamente maior do que os esquizofrênicos R (n=16), outros diagnósticos R (n=10) e NR (n=10) e controles sadios R (n=18) e NR (n=5), respectivamente 10,2%, 13,5%, 18,6%, 5,6% e 9,0%. Verificase, portanto, que a não-responsividade eletrodérmica identifica um sub-grupo de pacientes esquizofrênicos com déficit de atenção seletiva, o que não ocorre em pacientes psicóticos com outros diagnósticos e em voluntários saudáveis. Estes resultados sugerem uma associação entre a baixa responsividade à estímulos externos e o déficit de atenção em esquizofrênicos.

O presente estudo contribui para a caracterização de um sub-grupo de pacientes esquizofrênicos com baixa responsividade autonômica aos estímulos externos e déficit de atenção seletiva.

Key words

Creativity – projection – unbundling – qualification – thread – success

Introdução

O evento “Mídia em Debate” enfocou a participação de várias mídias num contexto globalizado, formado por pessoas carentes de informação. Profissionais da área resgataram a história e tendências da TV, do rádio, do Jornal, da Internet e de outros meios que possibilitam a integração da sociedade.

Decidi então, trabalhar valores mais intrínsecos do ser humano, valores que viriam antes da necessidade de ter contato com o mundo. Defendi a idéia de que, para uma pessoa conquistar sua ascensão pessoal e profissional era preciso antes de mais nada ser criativa, mesmo porque este quesito é essencial até para conseguir qualquer oportunidade. Porém, antes de questionar o público presente do que viria a ser criatividade, resgatei na história alguns fatos que mostrassem em qual período esta tal criatividade se fazia mais necessária do que nunca.

Iniciei meu discurso enfocando a época em que o comércio vivia de trocas e que, qualquer mercadoria possuía o mesmo valor, ou seja, uma caneta poderia ser trocada por um relógio desde que os negociadores estivessem de acordo. Voltemos ao tempo...

A sucessão cada vez mais acelerada de conquistas tecnológicas e industriais, o advento da eletricidade, da radiodifusão e a emergência fabulosa do cinema, que se fizeram sentir no período entre-guerras (1914/1919 e 1940/1945), em parte como decorrência das necessidades de guerra, em parte pelas transformações e mudanças de valores de um mundo em destroços, que precisava ser reconstruído, vão propiciar oportunidades, antes impensáveis, para o nascimento de indústrias.

As indústrias internacionais de todos os tipos, até as caseiras, são a causa do aparecimento de uma classe empresarial numerosa, da livre-iniciativa e do comércio.

Embora na esteira das grandes potências, o Brasil, em escala inicial, que já experimentara nas décadas de 1920 e 1930, notadamente em São Paulo, as conseqüências de um surto de progresso decorrente das imigrações, irá pouco a pouco formando um parque industrial nos anos de 1950 e 1960.

Surge um comércio ativo que precisava criar, conquistar e manter um público consumidor que assegurasse a sua sobrevivência e sucesso. Esta situação impulsionou a criação de técnicas publicitárias, embutindo na mente dos empresários a necessidade de vender os produtos que produziam.

De início, pela natural ausência de parâmetros comparativos, todas as propostas publicitárias pareciam novas e inusitadas.

De 1960 em diante, com o crescimento industrial acelerado e a existência de produtos similares fomentando a concorrência, e na busca de novos mercados, não bastavam mais iniciativas individuais e amadoras na criação de anúncios e “reclames” publicitários que fizessem aumentar as vendas ou conquistassem novos setores da população, cujo poder aquisitivo estava aumentando pouco a pouco.

Assim, o surgimento de agências publicitárias, o aumento de profissionais especializados, a criação de cursos técnicos e, mais recentemente, de cursos universitários nas áreas de publicidade e *marketing*, são conseqüências inevitáveis da concorrência de um mercado altamente competitivo, com produtos diversificados e um público consumidor a ser convencido pelos meios de comunicação cada vez mais abrangentes, rápidos e eficientes.

Fazendo uma alusão entre um produto industrial e o ser humano enquanto produto, transcrevo em trecho em que Piratininga escreve que:

para consolidar a capacidade de influência, é necessário estabelecer uma diferenciação do produto que está oferecendo frente à concorrência, seja através do desenvolvimento de marcas e embalagens, de variações ou adaptações de produtos e de um contínuo esforço de publicidade visando a que aos olhos dos consumidor um certo produto não seja substituível por nenhum outro, mantendo-se assim num mercado cativo e passivo de constante ampliação. (1994, p. 02)

O primeiro passo é saber aproveitar habilidades, sejam natas ou adquiridas, transformando-as num diferencial. Posiciona-se aquele que é criativo e diferencia-se pelas boas relações que mantém com seu público-alvo.

Baseado na retórica apresentada, busquei junto ao público presente neste evento o que viria a ser criatividade. Definimos por criatividade a maneira inusitada de resolver situações decorrentes do dia-a-dia. Uma pessoa criativa é aquela que sabe adaptar-se a qualquer linguagem e fazer de qualquer contato, uma oportunidade.

Um profissional criativo é aquele que acredita que um “bom dia” bem dito aumenta a produtividade de qualquer funcionário; é aquele que se mostra necessário e pró-ativo; é aquele que acredita nas pessoas até que elas provem o contrário.

O ser criativo não deve preocupar-se, demasiadamente, com a aprovação dos outros, pois o consenso sempre rejeita a mudança.

Não existiria comércio, troca, valores, sociedade, globalização e meios de comunicação se não existissem pessoas. E mais, o mundo seria uma eterna “mesmice” sem os desafios a serem vencidos com criatividade. Sobreviver já é um ato criativo.

A reflexão deve ser feita a todo momento para que o mundo nos enxergue com o menor número de defeitos e imperfeições possíveis.

A título de ilustração, solicitei aos ouvintes que, em silêncio, respondessem os seguintes questionamentos: quem é você e qual é o seu diferencial enquanto ser humano? Porque as pessoas devem gostar de você? Qual foi o primeiro sentimento do seu dia? Você deu bom dia a alguém? Sorriu para alguém? Ficou feliz por algo que você mesmo disse ou fez? Você sente orgulho de você? É feliz?

Desafiei-os também a determinar metas a serem alcançadas sejam de cunho pessoal ou profissional e o prazo para a realização destas.

Para finalizar argumentei que o ser humano deve buscar fazer aquilo que gosta e se especializar nisto, não justificando seus medos, acompanhando mudanças, trabalhando seus pontos fracos e aprimorando os pontos fortes com criatividade.

Reestruturando seu *marketing* pessoal, certamente será sua própria mídia, permanecerá em cartaz e será sempre uma grande notícia.

Referências

BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Rio de Janeiro: Elfos, 1995.

Normas Para Apresentação de Trabalhos Originais

1. Omnia, revista das Faculdades Adamantinenses Integradas FAI, tem por objetivo publicar artigos de docentes da instituição.

2. Os trabalhos deverão ser entregues em disquete, acompanhados de uma cópia impressa em lauda padrão, fonte Times New Roman 12, espaço 1,5, com 26 (vinte e seis) linhas e 45 (quarenta e cinco) toques, espaço 1 ½ (um e meio). Títulos de obras e de periódicos devem ser digitados em itálico; termos e frases que o autor queira destacar, em negrito.

3. Os originais devem obedecer à seguinte seqüência:

3.1. Texto (sem notas), cuja primeira página deverá conter também:

- Título (português e inglês);
- Nome do autor ou autores, sob o título;
- Filiação científica do autor, sob o nome do autor;
- Resumo; - Palavras-chave (quatro palavras ou expressões);
- Abstract; - Key words;
- Texto.

3.2. Referências (fontes, periódicos {revistas e jornais} e livros).

3.3. As notas de rodapé devem ser evitadas.

4. As Referências (3.2) deverão obedecer às normas 6023/2000, 10520/2001 e 14724/2001 da ABNT. Serão arroladas no final do artigo pela ordem alfabética do sobrenome do autor.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Deferimento de pedido de extradição. Extradição n.410. Estados Unidos da América e José Antonio Fernandez. Relator: Ministro Rafael Mayer. 21 de março de 1984. **Revista Trimestral de Jurisprudência**, Brasília, 1984. v. 109, p. 870.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda constitucional n.º 1.569-9, de dezembro de 1997. Estabelece multa em operações de importação, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 dez. 1997. Seção 1, p. 29514.

BRASIL. Decreto-lei n.2423, 7 abr. 1988. Estabelece critérios para pagamentos de gratificações e vantagens pecuniárias aos titulares de cargos e empregos da Administração Federal direta e autárquica e dá outras providências. **Diário Oficial**, Brasília, 1988. Seção 1, pt. 1, v. 126, n. 66, p. 60009.

BRASIL. **Código civil**. 50. ed. São Paulo: Saraiva, 1999. (Legislação brasileira).

Periódicos:

FERREIRA, Paula. Veto à camisinha. **Época**, n. 109, p. 84, 19, junho, 2000. Reportagem.

Jornais -

COUTINHO, Wilson. O Paço da Cidade retorna ao seu brilho barroco. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 6, março, 1985. Caderno B, reportagem, p. 11.

DUAILIBI, Julia. Juízes admitem influência política em nomes do TRT. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 7, julho, 2000. Caderno A, Brasil, reportagem, p. 5.

Revista -

SHECAIRA, Sérgio Salomão. A responsabilidade das pessoas jurídicas e os delitos ambientais. **Boletim do IBCrim**, v. 65, p. 1-6, 1998. Artigo.

